

Miguel de Cervantes

DOM QUIXOTE
DE LA MANCHA

Tradução e notas
Miguel Serras Pereira

Texto introdutório
Maria Fernanda de Abreu



ÍNDICE

ADVERTÊNCIA DO TRADUTOR	13
NOS 400 ANOS DO <i>QUIXOTE</i> • Maria Fernanda de Abreu	15

O ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA – I

Taxa	63
Testemunho das erratas	64
O Rei	65
Ao duque de Béjar	67
Prólogo	68
Ao livro de Dom Quixote de la Mancha	74

PRIMEIRA PARTE

DO ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

CAPÍTULO I • Que trata da condição e exercício do famoso e valente fidalgo Dom Quixote de la Mancha	83
CAPÍTULO II • Que trata da primeira saída que de sua terra fez o engenhoso Dom Quixote	87
CAPÍTULO III • Onde se conta a graciosa maneira que teve Dom Quixote de ser armado cavaleiro	92
CAPÍTULO IV • Do que sucedeu a nosso cavaleiro quando saiu da estalagem ...	97
CAPÍTULO V • Onde se prossegue a narração da desgraça de nosso cavaleiro ...	102
CAPÍTULO VI • Do donairoso e grande escrutínio que o cura e o barbeiro fizeram na livraria do nosso engenhoso fidalgo	106
CAPÍTULO VII • Da segunda saída de nosso bom cavaleiro Dom Quixote de la Mancha	112
CAPÍTULO VIII • Do bom sucesso que o valoroso Dom Quixote teve na espantosa e nunca imaginada aventura dos moinhos de vento, com outros sucessos dignos de feliz recordação	116

SEGUNDA PARTE

DO ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

CAPÍTULO IX • Onde se conclui e dá fim à estupenda batalha que o galhardo biscoinho e o valente manchego tiveram.	123
--	-----

CAPÍTULO X • Do que mais sucedeu a Dom Quixote com o biscainho e do perigo em que se viu com uma caterva de iangueses	127
CAPÍTULO XI • Do que sucedeu a Dom Quixote com uns cabreiros	131
CAPÍTULO XII • Do que contou um cabreiro aos que estavam com Dom Quixote	137
CAPÍTULO XIII • Onde se dá fim ao conto da pastora Marcela, com outros sucessos	142
CAPÍTULO XIV • Onde se põem os versos desesperados do defunto pastor, com outros não esperados sucessos	149

TERCEIRA PARTE

DO ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

CAPÍTULO XV • Onde se conta a desgraçada aventura com que topou Dom Quixote ao topar com uns desalmados iangueses	159
CAPÍTULO XVI • Do que sucedeu ao engenhoso fidalgo na estalagem que imaginava ser castelo	165
CAPÍTULO XVII • Onde se prosseguem os inumeráveis trabalhos que o bravo Dom Quixote e seu bom escudeiro Sancho Pança passaram na estalagem que por seu mal pensou que era castelo	171
CAPÍTULO XVIII • Onde se contam as razões que passou Sancho Pança com seu senhor Dom Quixote, com outras aventuras dignas de serem contadas	178
CAPÍTULO XIX • Das discretas razões que Sancho versava com seu amo e da aventura que lhe sucedeu com um corpo morto, com outros acontecimentos famosos	186
CAPÍTULO XX • Da jamais vista nem ouvida aventura, tal que por famoso cavaleiro não foi no mundo acabada outra com mais pouco perigo, que acabou o valoroso Dom Quixote de la Mancha	192
CAPÍTULO XXI • Que trata da alta aventura e rica presa do elmo de Mambrino, com outras coisas sucedidas a nosso invencível cavaleiro.	202
CAPÍTULO XXII • Da liberdade que deu Dom Quixote a muitos desditados que mau grado seu eram levados para onde não quiseram ir.	211
CAPÍTULO XXIII • Do que aconteceu ao famoso Dom Quixote na Sierra Morena, que foi uma das mais raras aventuras que nesta verdadeira história se conta ...	220
CAPÍTULO XXIV • Onde se prossegue a aventura da Sierra Morena	228
CAPÍTULO XXV • Que trata das estranhas coisas que na Sierra Morena sucederam ao valente cavaleiro de la Mancha, e da imitação que fez da penitência de Beltenebros	235
CAPÍTULO XXVI • Onde se prosseguem as finezas que de enamorado fez Dom Quixote na Sierra Morena	248
CAPÍTULO XXVII • De como alcançaram seu intento o cura e o barbeiro, com outras coisas dignas de serem contadas nesta grande história	255

QUARTA PARTE

DO ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

CAPÍTULO XXVIII • Que trata da nova e agradável aventura que ao cura e ao barbeiro sucedeu na mesma serra	269
CAPÍTULO XXIX • Que trata da descrição da formosa Doroteia, com outras coisas de muito gosto e passatempo	280

CAPÍTULO XXX • Que trata do gracioso artifício e ordem havidos em tirar nosso enamorado cavaleiro da aspérrima penitência em que se pusera.	290
CAPÍTULO XXXI • Das saborosas razões que se trataram entre Dom Quixote e Sancho Pança, seu escudeiro, com outros sucessos	297
CAPÍTULO XXXII • Que trata do que sucedeu na estalagem a toda a quadrilha de Dom Quixote.	305
CAPÍTULO XXXIII • Onde se conta a novela do «Curioso Impertinente»	310
CAPÍTULO XXXIV • Onde se dá continuação à novela do «Curioso Impertinente».	325
CAPÍTULO XXXV • Onde se acaba a novela do «Curioso Impertinente»	340
CAPÍTULO XXXVI • Que trata da brava e descomunal batalha que Dom Quixote teve com uns odres de vinho tinto, com outros tantos raros sucessos que na estalagem lhe sucederam.	347
CAPÍTULO XXXVII • Onde se prossegue a história da famosa infanta Miconica, com outras graciosas aventuras	355
CAPÍTULO XXXVIII • Que trata do curioso discurso que fez Dom Quixote das armas e das letras.	363
CAPÍTULO XXXIX • Onde o cativo conta sua vida e sucessos	367
CAPÍTULO XL • Onde se prossegue a história do cativo	373
CAPÍTULO XLI • Onde prossegue ainda o cativo seu sucesso.	382
CAPÍTULO XLII • Que trata do que mais sucedeu na estalagem e de outras muitas coisas dignas de se saberem	397
CAPÍTULO XLIII • Onde se conta a agradável história do moço de mulas, com outros estranhos acontecimentos na estalagem sucedidos	403
CAPÍTULO XLIV • Onde se prosseguem os inauditos sucessos da estalagem. . .	411
CAPÍTULO XLV • Onde se acaba de averiguar, com toda a verdade, a dúvida do elmo de Mambrino e da albarda, e outras aventuras sucedidas	418
CAPÍTULO XLVI • Da notável aventura dos quadrilheiros e grande ferocidade de nosso bom cavaleiro Dom Quixote.	424
CAPÍTULO XLVII • Do estranho modo como foi encantado Dom Quixote de la Mancha, com outros famosos sucessos	431
CAPÍTULO XLVIII • Onde prossegue o cónego a matéria dos livros de cavalaria, com outras coisas dignas de seu engenho.	438
CAPÍTULO XLIX • Onde se trata do discreto colóquio que Sancho Pança teve com seu senhor Dom Quixote	444
CAPÍTULO L • Das discretas alterações que Dom Quixote e o cónego tiveram, com outros sucessos	450
CAPÍTULO LI • Que trata do que contou o cabreiro a todos os que levavam o valente Dom Quixote	455
CAPÍTULO LII • Da pendência que Dom Quixote teve com o cabreiro, com a desusada aventura dos penitentes, à qual deu feliz fim à custa de seu suor. . .	459

O ENGENHOSO CAVALEIRO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA – II

Taxa	473
Fé de erratas	474
Aprovações.	475
Privilégio	479
Dedicatória ao conde de Lemos	481
Prólogo ao leitor.	483

CAPÍTULO I • Do que o cura e o barbeiro trataram com Dom Quixote acerca de sua enfermidade.....	487
CAPÍTULO II • Que trata da notável pendência que Sancho Pança teve com a sobrinha e ama de Dom Quixote, com outros graciosos sucessos	496
CAPÍTULO III • Do ridículo raciocínio que houve entre Dom Quixote, Sancho Pança e o bacharel Sansão Carrasco.....	500
CAPÍTULO IV • Onde Sancho Pança satisfaz o bacharel Sansão em suas dúvidas e perguntas, com outros sucessos dignos de se saberem e contarem	506
CAPÍTULO V • Da discreta e graciosa prática que houve entre Sancho Pança e sua mulher Teresa Pança, e outros sucessos dignos de feliz recordação.....	510
CAPÍTULO VI • Do que sucedeu a Dom Quixote com sua sobrinha e com sua ama, que é um dos importantes capítulos de toda a história.....	515
CAPÍTULO VII • Do que tratou Dom Quixote com seu escudeiro, com outros sucessos famosíssimos	519
CAPÍTULO VIII • Onde se conta o que sucedeu a Dom Quixote em indo ver sua senhora Dulcineia del Toboso	525
CAPÍTULO IX • Onde se conta o que nele se verá.....	531
CAPÍTULO X • Onde se conta a indústria que Sancho teve para encantar a senhora Dulcineia, e outros sucessos tão ridículos como verdadeiros	534
CAPÍTULO XI • Da estranha aventura que sucedeu ao valoroso Dom Quixote com o carro ou carreta de «As Cortes da Morte».....	541
CAPÍTULO XII • Da estranha aventura que sucedeu ao valoroso Dom Quixote com o bravo Cavaleiro dos Espelhos	546
CAPÍTULO XIII • Onde se prossegue a aventura do Cavaleiro do Bosque, com o discreto, novo e suave colóquio havido entre os dois escudeiros.....	552
CAPÍTULO XIV • Onde se prossegue a aventura do Cavaleiro do Bosque	557
CAPÍTULO XV • Onde se conta e dá notícia de quem era o Cavaleiro dos Espelhos e seu escudeiro	565
CAPÍTULO XVI • Do que sucedeu a Dom Quixote com um discreto cavaleiro da Mancha.....	567
CAPÍTULO XVII • Onde se declarou o último ponto e extremo aonde chegou e pôde chegar o inaudito ânimo de Dom Quixote com a felizmente acabada aventura dos leões	574
CAPÍTULO XVIII • Do que sucedeu a Dom Quixote no castelo ou casa do Cavaleiro do Verde Gabão, com outras coisas extravagantes.....	583
CAPÍTULO XIX • Onde se conta a aventura do pastor enamorado, com outros em verdade graciosos sucessos	590
CAPÍTULO XX • Onde se contam as bodas de Camacho o rico, com o sucesso de Basílio o pobre	596
CAPÍTULO XXI • Onde prosseguem as bodas de Camacho com outros saborosos sucessos	604
CAPÍTULO XXII • Onde se dá conta da grande aventura da Cova de Montesinos, que está no coração da Mancha, à qual deu feliz cima o valoroso Dom Quixote de la Mancha	609
CAPÍTULO XXIII • Das admiráveis coisas que o extremado Dom Quixote contou que vira na profunda Cova de Montesinos, cuja impossibilidade e grandeza faz que se tenha esta aventura por apócrifa.....	615
CAPÍTULO XXIV • Onde se contam mil minudências tão impertinentes como necessárias ao verdadeiro entendimento desta grande história.....	623
CAPÍTULO XXV • Onde se aponta a aventura do zurro e a graciosa do titereiro, com as memoráveis adivinhações do macaco adivinho.....	629

CAPÍTULO XXVI • Onde prossegue a graciosa aventura do titereiro com outras coisas em verdade assaz boas	636
CAPÍTULO XXVII • Onde se dá conta de quem eram mestre Pedro e seu mono, com o mau sucesso que Dom Quixote teve na aventura do zurro, que não a acabou como ele quisera e como a tinha pensada	643
CAPÍTULO XXVIII • Das coisas que diz Benengeli que as saberá quem ler, se as lê com atenção	648
CAPÍTULO XXIX • Da famosa aventura do barco encantado	652
CAPÍTULO XXX • Do que sucedeu a Dom Quixote com uma bela caçadora. ...	658
CAPÍTULO XXXI • Que trata de muitas e grandes coisas	662
CAPÍTULO XXXII • Da resposta que deu Dom Quixote a seu repreensor, com outros graves e graciosos sucessos	668
CAPÍTULO XXXIII • Da saborosa prática que a duquesa e suas donzelas passaram com Sancho Pança, digna de ser lida e de nota	679
CAPÍTULO XXXIV • Que conta da notícia que se teve de como se havia de desencantar a sem-par Dulcineia del Toboso, que é uma das aventuras mais famosas deste livro.	685
CAPÍTULO XXXV • Onde se prossegue a notícia que teve Dom Quixote do desencanto de Dulcineia, com outros admiráveis sucessos	691
CAPÍTULO XXXVI • Onde se conta a estranha e jamais imaginada aventura da Dona Dolorida, aliás da condessa Trifraldi, com uma carta que Sancho Pança escreveu a sua mulher Teresa Pança	697
CAPÍTULO XXXVII • Onde se prossegue a famosa aventura da Dona Dolorida ...	701
CAPÍTULO XXXVIII • Onde se conta a que deu de sua mal-andança a Dona Dolorida	703
CAPÍTULO XXXIX • Onde a Trifraldi prossegue sua estupenda e memorável história	708
CAPÍTULO XL • De coisas atinentes e tocantes a esta aventura e a esta memorável história	710
CAPÍTULO XLI • Da vinda de Cavilinho, com o fim desta dilatada aventura. ...	715
CAPÍTULO XLII • Dos conselhos que deu Dom Quixote a Sancho Pança antes de ele ir governar a ínsula, com outras coisas bem consideradas	723
CAPÍTULO XLIII • Dos conselhos segundos que deu Dom Quixote a Sancho Pança	727
CAPÍTULO XLIV • Como Sancho Pança foi levado ao governo, e da estranha aventura que no castelo sucedeu a Dom Quixote	732
CAPÍTULO XLV • De como o grande Sancho Pança tomou posse de sua ínsula e do modo como começou a governar.	740
CAPÍTULO XLVI • Do temeroso espanto cincerril e gatum que recebeu Dom Quixote no discurso dos amores da enamorada Altisidora	745
CAPÍTULO XLVII • Onde se prossegue como se portava Sancho Pança em seu governo	749
CAPÍTULO XLVIII • Do que sucedeu a Dom Quixote com Dona Rodríguez, a dona da duquesa, com outros acontecimentos dignos de escritura e de memória eterna	756
CAPÍTULO XLIX • Do que sucedeu a Sancho Pança rondando sua ínsula	762
CAPÍTULO L • Onde se declara quem foram os encantadores e verdugos que açoitaram a dona e beliscaram e arranharam Dom Quixote, com o sucesso que teve o pajem que levou a carta a Teresa Sancha, mulher de Sancho Pança. ...	771
CAPÍTULO LI • Do progresso do governo de Sancho Pança, com outros bons sucessos que tais	778

CAPÍTULO LII • Onde se conta a aventura da segunda Dona Dolorida, ou Angustiada, chamada por outro nome Dona Rodríguez.....	784
CAPÍTULO LIII • Do fatigado fim e remate que teve o governo de Sancho Pança.....	789
CAPÍTULO LIV • Que trata de coisas tocantes a esta história, e não a outra alguma.....	794
CAPÍTULO LV • De coisas sucedidas a Sancho no caminho, e outras que não há mais que ver.....	800
CAPÍTULO LVI • Da descomunal e nunca vista batalha que sucedeu entre Dom Quixote de la Mancha e o lacaio Tosilos na defesa da filha da dona Dona Rodríguez.....	805
CAPÍTULO LVII • Que trata de como Dom Quixote se despediu do duque e do que lhe sucedeu com a discreta e desenvolta Altisidora, donzela da duquesa... ..	809
CAPÍTULO LVIII • Que trata de como choveram sobre Dom Quixote aventuras tantas, que não davam vagar umas às outras	813
CAPÍTULO LIX • Onde se conta do extraordinário sucesso, que se pode ter por aventura, que sucedeu a Dom Quixote	822
CAPÍTULO LX • Do que sucedeu a Dom Quixote em indo a Barcelona.....	828
CAPÍTULO LXI • Do que sucedeu a Dom Quixote na entrada de Barcelona, com outras coisas que têm mais de verdadeiro que de discreto.....	838
CAPÍTULO LXII • Que trata da aventura da cabeça encantada, com outras ninharias que não podem deixar de contar-se.....	841
CAPÍTULO LXIII • Do mal que adveio a Sancho Pança com a visita das galés, e a nova aventura da formosa mourisca	851
CAPÍTULO LXIV • Que trata da aventura que mais pesar deu a Dom Quixote de quantas até então lhe haviam sucedido.....	858
CAPÍTULO LXV • Onde se dá notícia de quem era o da Branca Lua, com a liberdade de Dom Gregório, e de outros sucessos.....	862
CAPÍTULO LXVI • Que trata do que verá quem o ler ou ouvirá quem o ouvir ler	866
CAPÍTULO LXVII • Da resolução que tomou Dom Quixote de fazer-se pastor e seguir a vida do campo enquanto passava o ano de sua promessa, com outros sucessos em verdade gostosos e bons.....	870
CAPÍTULO LXVIII • Da porqueira aventura que aconteceu a Dom Quixote	874
CAPÍTULO LXIX • Do mais raro e mais novo sucesso que em todo o discurso desta grande história adveio a Dom Quixote.....	878
CAPÍTULO LXX • Que se segue ao sessenta e nove e trata de coisas não escusadas para a claridade desta história	882
CAPÍTULO LXXI • Do que a Dom Quixote sucedeu com seu escudeiro Sancho indo para sua aldeia.....	888
CAPÍTULO LXXII • De como Dom Quixote e Sancho chegaram a sua aldeia ...	893
CAPÍTULO LXXIII • Dos agouros que teve Dom Quixote ao entrar em sua aldeia, com outros sucessos que adornam e acreditam esta grande história	897
CAPÍTULO LXXIV • De como Dom Quixote caiu mal e do testamento que fez e sua morte	900
GLOSSÁRIO E NOTAS	907

ADVERTÊNCIA DO TRADUTOR

Não é aqui lugar para falar dos problemas maiores da «tarefa do tradutor» tal como os modula uma empresa como a presente, de tradução do *Quixote*. Digamos que a minha opção de fundo sobre a questão, como tenho tido ocasião de repetir em diversos contextos e discussões, sustenta que a tradução de uma obra primeira deve acolher, na língua de recepção, a estranheza e as transformações que fazem com que o texto original o seja plenamente – quer dizer, o fazem criação e origem. O que significa que a tradução se deve assumir como momento de recriação da língua de chegada, semelhante, a seu modo, ao que veiculam as criações que a tomam como língua de partida. Ao mesmo tempo, este processo de transformação na língua de chegada deverá ser tal que se faça preservando-a no seu ser – ou antes, na singularidade do seu devir – e idealmente alargando a potência e o alcance dessa preservação. Tais são, muito resumidamente, os problemas maiores que se põem ao propósito paradoxal de fazer, escrever, «o mesmo poema noutra língua» (Octavio Paz).

Dito isto, e quanto ao acerto ou desacerto com que terei logrado a mobilização dos meus critérios de trabalho mais imediatos, transparentes a uma leitura moderadamente atenta – restituir a singularidade de uma voz; traduzir o tempo; evitar os anacronismos, bem como os casticismos ou arcaísmos de estuque; não pré-digerir nem sobreinterpretar, e assim por diante –, terão de ser outros a pronunciar-se. Jorge Luis Borges escreveu algures, e citando nessa circunstância o exemplo deste romance, que as grandes obras são as que resistem às más traduções. Resta-me, pois, esperar que as deficiências da presente não impeçam o acesso do leitor ao romance de Cervantes, embora espere também que a minha tradução tenha conseguido furtar-se à triste sorte de não ser mais que um, entre outros, possível exemplo demonstrativo da *boutade* de Borges.

M. S. P.

NOS 400 ANOS DO *QUIXOTE*

MARIA FERNANDA DE ABREU

1. O *QUIXOTE* NA VOZ DOS ESCRITORES PORTUGUESES¹

«Nação pequena que foi maior do que os deuses em geral o permitem, Portugal precisa dessa espécie de *delírio manso*, desse sonho acordado que, às vezes, se assemelha ao dos videntes (*voyants* no sentido de Rimbaud) e, outras, à pura inconsciência, para estar à altura de si mesmo. Poucos povos serão como o nosso tão intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho. Quando se sonharam sonhos maiores do que nós, mesmo a parte de Sancho que nos enraíza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes. A nossa última aventura quixotesca tirou-nos a venda dos olhos, e a nossa *imagem* é hoje mais serena e mais harmoniosa que noutras épocas de desvaio o pôde ser. Mas não nos muda os sonhos.»

Eduardo Lourenço, «Portugal – identidade e imagem».
Nós e a Europa ou as duas razões (1988)

Saberão os leitores de Eduardo Lourenço, os leitores de hoje, o suficiente sobre Dom Quixote para entender esta visão que nos pretende dar sobre a identidade portuguesa? Saberão o que é: ser quixotesco? Tomar os moinhos por gigantes? A parte de Sancho que nos enraíza na realidade?

Algo sabem, sem dúvida, esses leitores mesmo os que nunca leram o livro de Cervantes. Sabem-no, graças à vulgarização que do «mito» tem sido feita. Mas se lermos o que os escritores portugueses têm escrito em torno dele, tendo em conta um claramente literário, ficcional, lírico e teatral,

¹ Versão revista e ampliada do texto publicado no n.º 859, 3-16 de Setembro de 2003 do *JL* – *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

sem deixar de considerar também o ensaístico, poderemos aprofundar e ampliar este «uso» que os portugueses têm dado das figuras cervantinas e dos mitemas por outros construídos.

Num lugar de La Mancha, um lugar de cujo nome não quis o seu autor lembrar-se, nasceu Alonso Quijano. E sabemos, também, que foi, antes de mais, leitor empedernido de livros de cavalarias e que, por via dessas leituras, «llenósele la fantasía de todo aquello que leía en los libros, así de encantamientos como de pendencias, batallas, desafíos, heridas, requiebros, amores, tormentas y disparates imposibles», como diz o seu autor. Apoderou-se, então, do modelo do cavaleiro andante e pôs-se a imitar os que melhor conhecia. Dvidou entre Amadis e Palmeirim, mas no fim decidiu-se pelo primeiro sem, no entanto, deixar de seguir também o segundo – e outros, como o Furioso Orlando do italiano Ariosto ou o Blanc Tirant do valenciano Joan de Martorell.

Escolheu, então, para si o nome de Dom Quixote de La Mancha, pôs nome ao seu rocim, será o cavalo Rocinante, inventou a princesa Dulcineia, senhora do seu coração, limpou as armas dos bisavôs, fez-se armar cavaleiro, procurou escudeiro, que será companheiro e amigo indefectível, Sancho Pança. E, antes de partir, em busca de aventuras onde pudesse exercer o seu projecto de desfazer «todo o género de agravios», para bem da sua honra como da república, imaginou até a linguagem com que um sábio historiador haveria de escrever a verdadeira história das suas façanhas.

Assim, por vontade própria se fez cavaleiro andante e, por vontade própria, se chamou Dom Quixote.

Nesta paixão apropriadora, mal sabia o fidalgo manchego de que modo – tantos e tão variados – seria ele, passando o tempo, convertido num dos mais fascinantes objectos de apropriação para outros leitores, em muito a ele iguais. Apropriar-se da figura de Dom Quixote, no sentido em que agora uso o termo, é interiorizá-lo, fazendo-o nosso ou com ele dialogando, em tudo ou em muito a nós semelhante. É, enfim, re-criá-lo, re-apresentá-lo, re-escrevê-lo.

Que Dom Quixote seja uma das figuras mais populares, talvez mesmo a mais popular da literatura mundial e que todos lhe conheçamos a figura esguia, montado no seu cavalo Rocinante, de espada em riste, acompanhado do gordo Sancho Pança, não é um dado despiciendo. Como tão pouco o é que muitas e muitos de nós já uma ou outra vez, ou mesmo muitas, tenhamos sido chamados de quixotes e as nossas acções – ou imaginações ou sonhos – qualificadas de quixotescas. Quase sempre despectivamente, aliás. Ou, no melhor dos casos, com uma irónica ternura compassiva.

Com isto teríamos já matéria para perguntar-nos: porquê essa figura tão querida de tantos serve a outros, ou até a alguns de aqueles mesmos, para minimizar e quase sempre amarfanhar os bons sentimentos? É certo que, neste sentido, a circulação do «mito» se faz pelas vias mais diversas e creio que a maior parte dos que dele deitam mão não sentem sequer a necessidade de ir ler o livro que lhe está na origem.

Para nos aproximarmos deste diálogo da literatura portuguesa com o *Dom Quixote* ou parafraseando dois versos de José Gomes Ferreira – «Ah, Dom Quixote, Dom Quixote / Que trago no coração» – para melhor conhecermos como o Dom Quixote tem andado pela cabeça, e o coração, e a imaginação literária dos nossos escritores, nada melhor do que caminharmos nós até aos seus próprios textos, ouvir as suas próprias vozes, ler a escrita dessa experiência. E, quem sabe, talvez aí encontremos respostas para as perguntas antes feitas.

Os poemas e fragmentos narrativos e ensaísticos, que agora se assinalam e transcrevem, fazem parte de uma antologia em vias de publicação; alguns foram já apresentados e comentados anteriormente, outros são-nos agora por primeira vez. Não é minha intenção fazer aqui uma história da recepção do *Dom Quixote* na literatura portuguesa, que, mesmo se de forma abreviada, já fiz noutro lugar e de que, agora, recolho alguns elementos¹. Remontaríamos, nesse caso, às edições que se fizeram em Lisboa, no mesmo ano de 1605, que, se não são ainda uma recepção documentam já uma presença, e a uma crónica de Tomé Pinheiro da Veiga, de Junho do mesmo ano, que refere já as figuras de Dom Quixote e Sancho e que constitui o primeiro documento da recepção produtiva do *Dom Quixote* com que, cronologicamente, conta hoje o cervantismo mundial.

Da destacada presença de Dom Quixote no teatro português do século XVIII, recorro aqui, apenas e à cabeça, António José da Silva e a sua «ópera jocosa» que, em 1733, se representou e cantou no Teatro do Bairro Alto, em Lisboa: *A Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança*. De toda uma produção satírica, frequente no século XVIII, mostro apenas o poema de Nicolau Tolentino e a permanência dessa linhagem num poema de Garrett, anterior à vitória liberal.

¹ Em *Cervantes no romantismo português. Cavaleiros andantes, manuscritos encontrados e gargalhadas moralíssimas*. Prólogo de Cláudio Guillén. Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

A sátira de Nicolau Tolentino, «Feyta Por Occasião Da Quêda Do Marquês De Pombal», apresenta-se com o título *Quixotada* e está enunciada em voz do próprio Dom Quixote que inicia esta sua «quixotada» com as seguintes palavras:

Espicaça esse animal,
Companheiro Sancho Pança,
Entremos em Portugal,
E vamos molhar a lança
A pró do triste Pombal.

O que Dom Quixote vem propor «a pró do triste Pombal» é, ironicamente, uma queima semelhante àquela de que a sua própria livraria foi vítima; nesta ocasião, o que se propõe queimar são os poemas e sátiras que então circulavam contra o Marquês:

Irmão Sancho, põe-te a pé,
Põe essas rimas a prumo,
Princípio à obra se dê,
Tolde o ar o negro fumo
Deste novo auto-da-fé.

Queima essas sátiras frias,
Faltas de siso e conselho:
Queima prosas e poesias,
Acabe o cansado velho
Em paz os seus tristes dias.

Recorde-se que o termo «quixotada», com que Tolentino intitula a sua sátira, surge no próprio livro, quando, no início da Segunda Parte, publicada em 1615, dez anos depois da primeira, Dom Quixote e Sancho Pança conversam com o bacharel Sansón Carrasco sobre a recepção das suas aventuras que já circulavam por toda a Península e parte da Europa e sobre o modo como o autor as tinha narrado (II, 4), num gesto de auto-reflexividade textual que nenhuma modernidade literária logrou até hoje ultrapassar. Ao discutirem da conveniência ou não de uma continuação da narração das suas aventuras, «nunca segundas partes fueron buenas» ou «de las cosas de Don Quijote bastan las escritas», dúvidas que seriam certamente, também, em grande medida, do próprio Miguel de Cervantes, Sansón Carrasco informa Dom Quixote e Sancho que os leitores mais joviais dizem: «Vengan

más quijetadas: embista Don Quijote y hable Sancho Panza, y sea lo que fuere; que con eso nos contentamos.»

Por seu lado, Garrett, pelos mesmos anos em que, no exílio, exercitava já a introdução do novo programa romântico na literatura portuguesa, põe em prática ainda o uso satírico das figuras cervantinas, tanto em *Magriço ou os Doze de Inglaterra*, como no referido poema:

Debalde, ó nobre cavaleiro andante
Investes denodado
Contra a fúria de bárbaro gigante
Ou arrostras ousado
Com um inteiro exército possante,
Que em sórdido rebanho ou vil moinho
Tredo bruxo daninho
O faz converter logo num instante.
Entanto geme e anseia
Em grosseira saloia transformada
A triste Dulcineia,
E oh! – nem será por ele libertada,
Que toda a glória e esforço Quixotino
Cederam ao barbaças Malandrino.
Para ti, ó magnânimo escudeiro,
Guarda essa glória o fado
Em teu gordo, felpudo pousadeiro
Merlim ter concentrado
Recôndito poder, forças tamanhas,
Que o que não pôde de Quixote a lança,
Não puderam suas ínclitas façanhas,
Pôde vencê-lo o cu de Sancho Pança.¹

Regressado à pátria, depois da vitória liberal por que tanto tinha lutado, não cessará Garrett de recorrer ao *Dom Quixote* ao longo de toda a sua produção literária. Nas *Viagens na Minha Terra*, em pleno desencanto pós-revolucionário, dá-nos o paradigma da interpretação romântica daquelas figuras: uma interpretação antinómica, Dom Quixote, o louco sonhador, *versus* Sancho, o que vê a realidade das coisas. É uma interpretação

¹ Reproduzido de Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, *A Formação de Almeida Garrett*. Vol. II. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, pp. 117-118.

herdada do romantismo europeu, criada por filósofos alemães e que depois deu a volta ao mundo, segundo a qual Dom Quixote, o cavaleiro, e Sancho Pança, o seu escudeiro, se convertem, por via desta interpretação, em duas figuras opostas e em símbolos do ser humano, de grande profundidade existencial e filosófica: o primeiro, símbolo de uma forma de estar na vida *idealista*; o segundo, de uma forma de estar *materialista*.

Garrett, já o sabemos, recorre a esta antinomia (frades v. barões, por exemplo) para dar conta do estado em que, em sua opinião, se encontra Portugal e, deste modo, expressar o desencanto ideológico, social e político em que se encontrava a geração que, vinte anos antes, tinha lutado por construir uma sociedade nova, sob o sonho romântico-liberal. E o leitor mais avisado observa que naquela famosa passagem do capítulo II das *Viagens na Minha Terra*, logo no início do livro, quando o autor está empenhadíssimo em ensinar o amável leitor a ler, como ele quer que sejam lidos, os sentidos daquela viagem, há também referência a elementos ou episódios concretos do *Dom Quixote*, tais como: o facto das duas figuras andarem sempre juntas; a ilha Baratária governada por Sancho; o episódio dos açoites que recebe Sancho para desencantar Dulcinea.

Por sua vez, no romance histórico *O Arco de Sant'Ana* (publicado em dois volumes com intervalo de cinco anos tal como o *Dom Quixote* de Cervantes o tinha sido, com intervalo de dez) mostra Garrett o conhecimento que tinha do *Dom Quixote*, muito mais diversificado e cujos referentes estão muito menos divulgados e, certamente, não são reconhecidos por muitos leitores de hoje, como seja a encenação do «manuscrito encontrado», da autoria de Cide Hamete Benengeli, usado por Cervantes, procedimento que Garrett rigorosa e minuciosamente repete neste seu livro, seguindo o modelo cervantino. Além de, ao defender-se dos ataques que a publicação do primeiro volume, em 1945, lhe tinha custado, de novo aí invocar Dom Quixote como símbolo de sonho e de idealismo e nos ajudar a entender uma ideia de «quixotismo» afim à que começámos por encontrar no texto de Eduardo Lourenço: «e chegaram a acusar-me de Quixotismo, que sonhei gigantes em moinhos de vento. [...] Chamaram-me «visionário» (porque tinha, afinal, denunciado «certos agiotes do catolicismo»).

Camilo Castelo Branco tem, também ele, uma relação com Cervantes que, igualmente, atravessa a sua vida literária do princípio ao fim. Desde que, num longínquo dia de 1845, com apenas vinte anos, acompanhado do amigo Freitas Fortuna, vão ambos pelas ruas do Porto «como dous Quixotes montados como dous Sanchos em burros lazentos» para «fazer aos duelos a guerra do ridículo» até, já na viragem para os anos 80, ter pensado a sua

série de romances facetos com a ideia de que eles fossem, «para certos romances realistas portugueses», «o que foi o *Dom Quixote* para os estultos cartapacios da cavalaria andante», não deixou Camilo de dialogar com Cervantes e a sua obra, com destaque para esse inesquecível Calisto Elói que criou em *A Queda dum Anjo*, paródia amável de um Dom Quixote, leitor empedernido de «copiosa livraria» e empenhado em «corrigir vícios e endireitar as tortuosidades da humana maldade»; ou, menos conhecida, a sua novela *A Sereia*, onde invoca uma das mais populares *Novelas Ejemplares* de Cervantes, «La gitanilla». Não, não deixou, de facto, Camilo de o emular, nas opções narrativas como nas temáticas, e também de o criticar, de o resumir e traduzir, de com ele rir e chorar. E, por isso, além do mais, nos deixou esse momento culminante em que, num texto memorialístico de 1864, *No Bom Jesus do Monte*, ao recordar um dia de 1852, com ele se irmanou em dolorosa «camaradagem», fundindo as figuras romanticizadas de «cavaleiro da triste figura» e de «sublime doido» de Dom Quixote com a do próprio Cervantes.

«Histórias de amores, meus amigos [...].

A alvorada era de Julho.

A passarinhada felicitava-me na montanha das árvores queridas.

A mulher amada era Aldonça Lourenço.

Ó cavaleiro da triste figura, perdoa-me tu! Sublime doido, revela esta camaradagem no homónimo das mulheres amadas! Tu e eu quebrámos as caras próprias e as alheias a paladinar por Aldonsas. Uma mesma tenaz ardente de poesia da alma nos mordeu as quatro orelhas. Tu com espada e lança, e eu com uma pena de pato e uns folhetins a tantos réis por coluna, cavamos a um tempo os cimentos das estátuas imorredoiras delas, e as sepulturas do nosso juízo e nome sério. Oh vencedor de odres, e leões, e moinhos, eu bem te vejo a embeber as lágrimas na tua gorra de histrião! Sacode os guizos para que te não oiçam os gemidos! Põe-te de borco no chão áspero de Beltenebrós, escouceia, e diz à porção estúpida da tua alma, diz ao teu Sancho, que vá referir a Aldonça as finezas que fazes em honra dela. Escouceia, burrifica-te, meu mestre! Tira a pedaços o coração, alastra-os por esses pântanos, deixa que os cerdos tos afocinhem. Entendeste que era ímpio enternecer a lágrimas quem te escutasse o trágico desastre das tuas párvos credices na honra e no amor, na justiça do homem e no coração da mulher. Entendeste bem, ó bravo de Lepanto! – que o chorar é bálsamo; e para chagas abertas a golpes de indigência honrosa e de patíbulo imerecidos, deu o Senhor as santas lágrimas a quem o arejo do Inferno as não secou. Assim que viste desatarem-se em fumo as formosas e intangíveis visões do teu espírito, ó poeta; assim que te abriste o crânio contra as ferrolhadas

portas do Empírio, onde te alaras nas asas, que o anjo da inocência te empres-
tara, deixaste-te cair, ó Cervantes, e escolheste para a queda, não já alfombras
de verduras e boninas, mas atascadeiro onde te irmanasses com os epicuristas
no espojadouro. Assim o fizeste, e por isso o mundo te quer, ó fino amador de
Aldonsa! Se houvesses discreateado sisudamente acerca dos banhos de jorro que
te arrefentavam os heróicos incêndios da cabeça, o mundo não saberia o teu
nome – que as tuas lágrimas de contrito, ainda mesmo que as ungisses da mística
do Chagas, abafá-las-ia o inoportável fastio da vulgaridade.

Escrevias, não para o teu século, mas para o meu, e especialmente para
mim, que ainda agora dei bem no fio do teu intento. Eu andava a parafrasear-te,
ó fidalgo manchego, naquele dia de 1852; e, se olhava em mim, observava-me
com um certo acatamento legendário, semelhando-me, quanto em mim cabia,
ao provedor dos defuntos de Macau, ao Bernardim da serra de Sintra, e ao sone-
teiro de Arezzo. De ti não me lembrei, nem, a lembrar-me, quisera comparar-me
a ti, ó recuperador do elmo de Mambrino! E, afinal, o que eras tu senão eu?
E o que era eu senão um ilustre arremedo da tua sombra?!

Eu te abençoo, infeliz que me dás alma e paciência que me edifica!»

Já no início do último quartel do século, um romantismo exacerbado, a
que parnasianismo e simbolismo darão contornos nunca antes alcançados
na construção idealista da figura de Dom Quixote, produz na voz inconfun-
dível de Gomes Leal uma representação desgarradora das desventuras de
um lutador do Bem e do Ideal, defensor de oprimidos e da justiça, derro-
tado, ridicularizado e sublime. Que a visão de Gonçalves Crespo, no poema
«A morte de D. Quixote», de 1882, não contraria. Quanto a Gomes Leal,
ainda em 1902, há-de comparar-se a Dom Quixote, terceto a terceto, no
longo poema «Carta à mulher de luto», inserido no livro *A Mulher de Luto*.
Mas já em 1875, em *Claridades do Sul*, tinha deixado no poema «D. Quichote»,
dedicado a Luciano Cordeiro, a sua imagem do herói cervantino:

Nos tempos medievais dos campeões andantes,
E das baladas como a do bom rei de Thule,
Andava D. Quichote em busca de gigantes,
Magro, tristonho, ideal, crente Fausto do Sul.

Batalhador juiz da Virtude e do Crime,
Defendendo o oprimido, a mulher, o ancião,
Corria o mundo assim, ridículo e sublime,
Em seu magro corcel, seu arnês de cartão.

Cheio de tradições, o velho mundo absorto,
Da banca do meio dia, ouvia o seu tropel.
E como insectos vis sobre um cavalo morto,
Riam as multidões do último fiel.

Ia triste a cismar, com a alma abatida,
Nos caminhos do mal rasgando as ilusões,
Magro Fausto do Sul, buscando a Margarida,
Cheio de apupos vis, d'escárnios e irrisões.

Vinha de batalhar espancado e abatido,
Cheio de contusões e lodos d'atoleiros,
E ao pé montando um burro, e o escudo já partido,
Sancho Pança a Matéria, e o rei dos escudeiros!

Vinha sereno e grave, escarnecido e exangue,
Emagrecido e calmo em meio dos estorvos,
– Vinham ladrar-lhe os cães, e pressentindo sangue,
Grasnavam-lhe em redor bandos negros de corvos.

Sancho Pança fiel, vasculhava a escarcela,
E auscultava a borracha emudecida enfim;
Enquanto o Herói cismava, inclinado na sela,
Na conquista ideal do escudo de Membrin.

Paravam aldeões, lavradores crestados;
Vinham à porta as mães, fiando o linho fino;
E os magros charlatães viam passar, pasmados,
Na sombra d'um cavalo o extremo paladino.

Dançavam os truões; as sujas enxurradas
Com a lodosa voz, perguntavam: Que é isto? –
Satã num coruchéu, dizia às gargalhadas:
– Ó campeão do Bem! Ó vítima de Cristo!

Pela via ensaística, Latino Coelho tinha escrito uma biografia de Cervantes e Pinheiro Chagas, em Prefácio da edição monumental do *Quixote*, a edição portuguesa com tradução dos viscondes de Castilho e de Azevedo de 1876-78, de que mais adiante se voltará a falar, não resiste a abraçar

exaltadamente pressupostos duma crítica idealista para lhe exaltar a «inspiração» e «o génio», no processo de criação do livro. Vale a pena ouvi-lo, respondendo a algumas posições do cervantismo da época:

«Longe, frios comentadores, as vossas estultas teorias e as vossas pedantes suposições! Pois imaginais, por acaso, que o poeta, o criador de almas, alegorisa quando escreve! Imaginais que Cervantes esteve pausadamente, no silêncio do seu gabinete ou do seu cárcere, fabricando duas figuras mecânicas que representassem esta a poesia, aquela a prosa, uma o espírito, outra a matéria, ou que esteve imaginando o símbolo da sabedoria, para o encarnar na figura de Dulcinea! Supondes que esteve, no dizer de uns, tratando de apresentar a fórmula do verdadeiro cavaleiro andante, no dizer de outros, de lhe desenhar a caricatura, como o seu pífio *contra-factor* Avellaneda, ou como o seu chatíssimo imitador inglês, Butler [...]! Não! O que o sublime escritor espanhol fez foi criar duas figuras profundamente humanas, não pelos processos mecânicos da alegoria ou da arte reflectida, que nunca podem dar senão títeres, mas pela força irresistível e quase inexplicável da inspiração e do génio.»

E até Oliveira Martins, o historiador, ainda na mesma década, e não por acaso no capítulo intitulado «Causas da decadência dos povos peninsulares», da sua *História da Civilização Ibérica* (1879), arrisca uma interpretação do projecto literário de Cervantes no *Quixote*: «não são os *Amadis* que lhe provocam o desdenhoso sorrir e a ironia pungente; no fundo dessa ficção literária está a verdade social e contemporânea». Uma mulher, Maria Amália Vaz de Carvalho, já no início do século xx, e no calor das comemorações do terceiro centenário da publicação do livro, analisa a cervantofilia daqueles tempos e sintetiza os contributos interpretativos num artigo que intitula «D. Quixote – A colaboração de três séculos na obra de Cervantes».

No contexto das representações literárias das figuras cervantinas e dos episódios quixotescos que a literatura portuguesa nos tinha vindo a oferecer ao longo do século xix, a surpresa, a mais prazenteira surpresa que até hoje me proporcionou a reinvenção do *Quixote* em português, vem, no fim do século, da pena de Eça de Queirós. Recuperando, em *A Cidade e as Serras*, e já antes no conto «Civilização» que lhe é anterior e está na sua génese, uma recepção mais «popular», continuadora do que tinha sido a recepção contemporânea do *Dom Quixote* e que se manifestava pela risada «sadia e genuína», recepção de um riso fresco e consolador na leitura do

Dom Quixote, contraria e liberta-nos de uma herança byroniana, que via nele o mais triste e amargo de todos os livros. Consolador tinha sido, de facto, o riso das «facécias de Sancho» que teve o condão de, a certa altura, em momento que poderia ser de humilhação para seu amo, fazer rir, «sadia-mente», o próprio Dom Quixote.

Precisamente, no conto, ao não estar envolvido pela multiplicidade de episódios que vão aparecer no romance, pode melhor observar-se a função da importância do *Dom Quixote* – função pedagógica e, ao mesmo tempo, simbólica, na transformação do «homem civilizado» em homem natural. Em «Civilização», a primeira sugestão cervantesca surge quando os dois amigos e companheiros, Jacinto e o narrador, sobem a serra em direcção a Tormes, «Jacinto, adiante na égua tarda», o companheiro «atrás, no burro», precisando pouco depois o narrador: «eu atrás dele no burro de Sancho».

Mas o assunto da biblioteca e das leituras de Jacinto aprofunda a relação do conto queirosiano com o *Dom Quixote*. As alterações e os desenvolvimentos de que é objecto o «motivo» da biblioteca de Jacinto na passagem do conto para o romance parece significativo da importância que o autor concedeu ao papel do livro de Cervantes tanto na transformação da personagem como nos sinais que dela se dão ao leitor, ao mesmo tempo esclarecendo a questão do riso antes colocada. De facto, em *A Cidade e as Serras*, realizada a mesma mudança do civilizado Paris para o serrano solar, agora de Tormes, o *Dom Quixote* surge já em primeiro lugar e único, ao lado do leito de ferro de Jacinto em cima de «a banquinha onde um castiçal de latão resplandecia sobre um volume do “D. Quixote”»; só depois o narrador regista «uma estante de madeira», em cujas prateleiras se encontram outros livros. E, de novo, surge o riso na leitura que Jacinto faz do *Dom Quixote*. Muda a adjectivação e temos, agora, «uma rija, larga, sadia e genuína risada», sem, no entanto, mudar a sua natureza, e precisa-se que Jacinto «recuperara o dom divino de rir com as facécias de Sancho!»¹

A literatura portuguesa do século XX, assim como o ensaísmo biográfico sobre o seu autor, com notável excepção para os trabalhos de Fidelino de Figueiredo, irá continuar a reescrita da interpretação romântica das personagens cervantinas. Uma interpretação, é tempo de o dizer, que o cervantismo dos nossos dias, na sua maioria, não partilha.

Em Teixeira de Pascoaes e José Gomes Ferreira, por exemplo. Este último em conflito da imagem romântica com a sua militância comunista e

¹ Do meu verbete «Cervantes – Eça», *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, org. e coord. de A. Campos Matos, Ed. Caminho, 2000.

neo-realista, na altura da Guerra Civil Espanhola, num conjunto de poemas que publicará em 1948, no seu livro *Poesia I*, numerados de I a VIII, reunidos sob o título «A Morte de D. Quixote», com a indicação da data 1935-1936, em que ouvimos o poeta gritar:

Quem anda nos meus olhos
A querer salvar o mundo
Com espadas de lágrimas?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Respondendo à mesma situação histórica e política, entre outros ao desconcerto provocado pela Guerra Civil Espanhola e a implantação das ditaduras na Península Ibérica, diferente é a proposta de Miguel Torga. Em *Poemas Ibéricos*, 1965, com o seu antecedente, *Alguns Poemas Ibéricos*, de 1952, Torga, tendo profundamente compreendido a função de Sancho e o seu processo de aprendizagem ao longo da obra – o que raras vezes aconteceu na história da recepção do dedicado e inteligente companheiro de Dom Quixote –, coloca em mãos de Sancho o papel salvador, no poema «Exortação a Sancho», com que encerra o ciclo «Pesadelo» que, já no fim do livro, reúne os poemas «Pesadelo de D. Quixote», «Não passarão» e «Exortação a Sancho». A «exortação» tem, assim, o papel de fecho não só do ciclo mas do livro no seu todo.

Miguel Torga recupera, deste modo, a súplica de Sancho, essa súplica e conselho que Cervantes lhe põe na alma e na boca, no final do livro, quando Alonso Quijano se retrata e renuncia ao seu papel de Quixote para morrer, deixando desolados tantos leitores e leitoras, e antes destes o bom Sancho, pela morte física do fidalgo manchego e a ameaça da morte simbólica de Quixote: «¡Ay! – no se muera vuestra merced, señor mío»... Os casos de ambos os poetas, no tratamento da figura de Dom Quixote, e de Sancho, em Miguel Torga, merecem, todavia, um comentário mais minucioso que será objecto de análise no ponto seguinte desta introdução.

No mesmo ano da publicação de *Poemas Ibéricos*, Álvaro Salema publicou, no Rio de Janeiro, as suas *Variações sobre Quixote e o Ideal Quixotesco*, dedicado «A todos os leitores de Quixote – que queiram e possam encontrar nas suas palavras e no seu exemplo a revelação de algumas das verdades essenciais da vida».

Por outro lado, a resposta de Torga tem ainda outra dimensão: a exortação e o «não passarão» abrangem a «Ibéria» no seu todo, unida no pesadelo, no sofrimento, na necessidade de não desistir. Algo que a irmana com a de Jorge de Sena, quando, convidado a proferir uma conferência plenária no Congresso

da Asociación Internacional de Hispanistas, em Toronto, em Agosto de 1977, recorreu ao herói cervantino para expressar um certo «ser» ibérico:

«Nadie es de verdad un miembro de nuestra comunidad, si, por lo menos una vez en la vida, no es Don Quijote, saliendo a librar batallas perdidas para deshacer los entuertos de este mundo, entre los más irritantes de los cuales se cuenta la arrogancia de eruditos miopes que fingen ignorarnos o realmente nos ignoran, porque siglos de prejuicios malévolos les han impedido vernos o entender que la historia del mundo, para bien o para mal, no se puede escribir sin nuestra presencia en ella, les guste o no, o aun a nosotros nos guste o no.»

Quem parece ter começado por protagonizar um conflito semelhante ao de José Gomes Ferreira é José Saramago, poeta, no tratamento que em *Os Poemas Possíveis* faz de «Dulcineia», de «D. Quixote» e de «Sancho», ali sujeitos e objecto de poemas: de novo apresentada a consabida antinomia, com os desenvolvimentos habituais: Quixote, no seu «sonho de louco» cria Dulcineias, gigantes e ilhas imaginárias; Sancho é o das «coisas reais», o que semeia a terra e cria o pão «que a seu amo sustenta» (um poema que muito nos traz à memória um anterior do espanhol Gabriel Celaya, «A Sancho Panza»). Por isso é tão valorizada a figura de Sancho pela poesia neo-realista e com ela quereria o poeta identificar-se, nunca com Dom Quixote. Por isso o ouvimos dizer no poema que lhe dirige:

Não vejo Dulcineias, D. Quixote,
Nem gigantes, nem ilhas, nada existe
Do teu sonho de louco.
Só moinhos, mulheres e Baratórias,
Coisas reais que Sancho bem conhece
E para ti são pouco.

Por tudo isto me perguntei já, em título de artigo: «Herança romântica e militância comunista: um conflito quixotesco? José Gomes Ferreira e José Saramago».

António Gedeão, pelo contrário, movido, quem sabe, por outra razão, poeta e cientista, entende e escreve, simplesmente:

[...]
Cada um é seus caminhos.
Onde Sancho vê moinhos
D. Quixote vê gigantes.

Vê moinhos? São moinhos.

Vê gigantes? São gigantes.

Todavia, mais tarde, nesse belíssimo conto que é *Centauro*, também de Saramago, o facto do centauro decidir «vingar o homem do cavalo a baixo» (um sonho ou festo «de louco» para o poeta de antes?) parece constituir a aventura determinante na construção do seu estatuto heróico. As personagens (um homem de lança e armadura, em cima de um mirrado cavalo, investe contra um exército de moinhos de vento; um outro homem baixo e gordo a correr, aos gritos, montado num burro; o homem magro maltratado e o homem gordo carpindo-se) não são nomeadas, o que pode dificultar a tarefa de reconhecimento por parte do leitor, mas lá estão os moinhos de vento para dar uma ajuda... E a frase dita pelo Centauro, quando «tornando a olhar os moinhos, foi para eles a galope, e, postado diante do primeiro, decidiu vingar o homem que fora atirado do cavalo a baixo», é (quase) a tradução literal da frase dita por Dom Quixote quando investe contra os moinhos-gigantes: «Na sua língua natal, gritou: “Mesmo que tivesses mais braços do que o gigante Briareu, a mim haverias de o pagar.”»

A aventura dos moinhos de vento é, sem dúvida, a mais divulgada de todas as aventuras protagonizadas pelo cavaleiro cervantino e reaparece repetidamente noutros escritores.

Em *A Jangada de Pedra*, por fim, como tentei demonstrar noutro lugar¹, Saramago parafraseia, logo no início, a celeberrima primeira frase do livro de Cervantes «em um lugar de Portugal de cujo nome nos lembraremos mais tarde», invoca episódios menos conhecidos, como o da «penha agreste» e de «Clavileño», e, mais importante no desenho do seu romance, segue-lhe o modelo da viagem, da deambulação, da utopia e da dicção irónica.

Outras alusões explícitas ao *Dom Quixote*, explícitas, bem entendido, para o leitor que conheça o texto de Cervantes, serão encontradas mais tarde. Assim:

– quando as personagens estão na Andaluzia, em frente a Gibraltar, para ver o desgarramento da Península:

«Mas este dia, para o geral, é de festa maior, a semana tão santa como a outra, e há camionetas que levam Cristos, trianas e macarenas, bandas de música, com os instrumentos a brilhar ao sol, e vêem-se nos lombos dos burros molhadas

¹ «*A Jangada de Pedra*: História de fadas, embruxamentos e andantes cavalarias». Livro de homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa, Ed. Colibri, 2004.

de foguetes e morteiros, se alguém lhes chega um pavio aceso subirão, como Clavileño, às segunda e terça região do ar, e à do fogo, onde se chamuscariam as barbas de Sancho, se, de tão confiante que costuma ser, se dispuser a ser enganado outra vez.»;

– quando na viagem do regresso da Andaluzia a Portugal:

«Joaquim Sassa olhou para fora, viu casas, árvores por cima de telhados, campos rasos, adivinham-se os alagadiços, os arrozais, é o suave Mondego, antes ele que uma penha agreste. Fosse este pensamento de Pedro Orce e à história infalivelmente viriam D. Quixote e a sua triste figura, a que tem e a que fez, em couro, aos saltos como doido no meio dos penhascos da Serra Morena, seria um despropósito trazer tais episódios da andante cavalaria à colação [...]»

São, pois, episódios quixotescos os que o narrador explicitamente classifica de «*episódios da andante cavalaria*». Como também quixotescos serão alguns comportamentos do par Joaquim Sassa–José Anaíço, irmão desse outro par Quixote–Sancho, por exemplo, nas saídas, a ocultas, de suas casas e aldeias, semelhança textual que miudamente tentei mostrar no artigo já referido. Como também ali assinalei, e, por isso, aqui me limito a resumir, que a matriz cervantino-quixotesca que, sem detrimento de outras, guia determinados gestos do narrador de *A Jangada de Pedra*, não se limita a estes aspectos, aprofundando-se, entre outras, na função da viagem como eixo estruturante da narrativa, no seu sentido utópico ou na paródia literária.

O modo como a frase inicial do *Quixote* é parafraseada em *A Jangada de Pedra* leva-nos, de novo, ao percurso do livro em Portugal, nos anos 50. «Em um lugar de Portugal de cujo nome nos lembraremos mais tarde», escreve o narrador do romance de Saramago. Ora, sabem os leitores do livro de Cervantes que o que ali se diz é: «En un lugar de La Mancha de cuyo nombre no quiero acordarme.» E sabem também que não querer o narrador lembrar-se é algo bem diferente de prometer lembrar-se mais tarde. E sabem ainda os que mais atentamente têm lido o livro que este dizer não querer lembrar-se é elemento fundamental no projecto literário que o orienta.

Tinha sido, de facto, Aquilino Ribeiro, quem, na versão que, então, fez do *Dom Quixote*, tinha mudado o famoso *incipit* de Cervantes, num gesto radicalmente anticervantino, para «Em certo lugar da Mancha, o nome amanhã o direi». Por proposta de José Cardoso Pires, que com o livro pensou

inaugurar a editora Folio, que junto com Victor Palla acabava de fundar, Aquilino Ribeiro traduziu o *Dom Quixote*, em 1954, no que mais do que uma tradução é uma «versão», e ele próprio assim a chamou. O merecido prestígio de Aquilino como escritor terá levado a que não poucos leitores portugueses e, entre estes, sem dúvida uma parte destacada da classe letrada, tenham lido o *Quixote* apenas nesta sua reescrita. Leitores portugueses e, presumivelmente, também brasileiros ainda que possa não estar aqui a causa de que uma recente tradução brasileira volte a esbarrar na mesma pedra e aí se leia: «Num lugarejo em La Mancha, cujo nome ora me escapa».

Pouco depois, Aquilino traduz igualmente as *Novelas Exemplares*, aproveitando, uma vez mais, para «corrigir» o escritor que admirava mas a quem apontava deficiências estilísticas e gramaticais, aproveitando igualmente para o manipular ideologicamente. Por fim, publica um livro de ensaios a que chamou *No Cavalo de Pau com Sancho Pança*, título que nem todos os leitores entenderão já que remete para um episódio menos conhecido, o de Clavileño, que, todavia, também Saramago virá a invocar em *A Jangada de Pedra*.

De José Cardoso Pires, na verdade, veio, por essa altura, o contributo mais ousado e original na utilização portuguesa das figuras cervantinas. Da sua imaginação e sensibilidade nasceu, então, no conto «Dom Quixote, as velhas viúvas e a rapariga dos fósforos», um Rocinante novo, «cavalo e fiel companheiro do célebre Dom Quixote da Mancha» que faz agora, nas estradas que cercam a cidade de Lisboa (Monsanto, por exemplo), «a sua aparição, meio bicho, meio armadura, com o couro remendado a panos de moinho e duas metades de escudela de barbeiro a taparem os quadris estalados». Para ser comparado «aos modernos militantes do amor» que, dizem, «procuram igualmente o amor inacessível». Publicado, originalmente, em 1952, em *Histórias de Amor* – livro apreendido pela censura salazarista –, o conto foi, como outros do volume, literalmente objecto dos cortes do lápis censório. Mais tarde, em 1963, o escritor deu-lhe a versão definitiva no volume *Jogos de Azar*. A passagem que, aqui, se transcreve mostra a ousadia e originalidade antes assinaladas:

«Sei bem o que pode acontecer a uma rapariga quando é jovem e bonita como a minha miúda. Principalmente se essa rapariga costuma ir à noite para qualquer das estradas que rodeiam a cidade, a ver passar os carros.

Conheço esses lugares. Nas majestosas rotas de asfalto que se espriam pelas colinas do Tejo há coutadas, pequenos miradouros solitários, tocas de arvoredos, onde se podem fazer surtidas ao amor em horas clandestinas. Tanto essas como

as outras estradas que cercam a cidade andam, é certo, povoadas de cavaleiros românticos do nosso tempo, mas tais cavaleiros já não são os heróis errantes das estampas antigas, armados de elmo e cavalgadura. Apresentam-se, pelo contrário, em legiões de máquinas rápidas e modernas, em carros de desporto, de hipoteca ou emprestados pelo amigo íntimo – todos, pela noite fora, a rolarem com faróis nos mínimos e rádios abertos.

[...]

Alguém afirmou (ou é confusão minha?) que por estas paragens anda à solta o fantasma de Rocinante, cavalo e fiel companheiro do célebre Dom Quixote da Mancha. E quem disse isso foi mais longe, garantiu que o espectro do dito Rocinante aparece hoje em dia desgrenhado, as crinas ralas em farripas compridas e a carcaça a arquejar.

Acredito. Foi assim que eu próprio o descobri quando me pus a ler as desventuradas passagens do cavaleiro da Triste Figura. Mas, ao que parece, os séculos e a História confundiram-no de tal modo com a tragédia e a alma do amo que faz agora a sua aparição meio bicho, meio armadura, com o couro remendado a panos de moinho e duas metades de escudela de barbeiro a taparem os esquadris estalados.

Será assim? Não sei. O que sei é que, como o Rocinante de hoje, passam os modernos militantes do amor, confundidos também com peças metálicas, estofos, carburadores – armaduras da indústria de automóveis. E dizem que procuram igualmente o amor inacessível, porque jamais o conheceram nas formas mais simples, e que criam o imprevisível na aventura da mulher adúltera ou na manicura dos sábados à noite. Isto, pelo menos.

Entretanto, o fantasma de Rocinante não descansa. Emergindo das trevas da memória, aparece ainda suado, dorido dos cascos quebrados por caminhadas em vão, e de heróico é tudo o que se lhe nota. Quanto ao resto vem pobre e desenganado, com a cauda de estopa salpicada de excremento seco, os ossos esfarelados presos por arames e trazendo nos olhos vazios o sabor frio da aventura sem glória.»

Quase meio século depois, no seu último livro, *Lisboa. Livro de Bordo*, esse livro de amor à cidade que tão bem conhecia e observava, prestou a sua última homenagem ao autor do *Quixote*, ao escolher para epígrafe, precisamente as palavras que Cervantes põe na boca do grumete do *Persiles* à chegada a Lisboa.

É também aqui, no cais de Alcântara, que António Lobo Antunes faz desembarcar, depois da independência das colónias portuguesas, Dom Miguel de Cervantes Saavedra, aqui, ele mesmo, em pessoa, «um maneta espanhol que vendia cautelas em Moçambique», «antigo soldado

sempre a escrever em folhas soltas de agenda e papéis desprezados um romance intitulado, não se entendia porquê, de Quixote». Acompanhando «um homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda» e ajudando-o a transportar o caixão do pai, morto pela guerra civil numa das antigas colónias. Assim, em *As Naus*:

«Era uma vez um homem de nome Luís a quem faltava a vista esquerda, que permaneceu no cais de Alcântara três ou quatro semanas pelo menos, sentado em cima do caixão do pai, à espera que o resto da bagagem aportasse no navio seguinte [...].

Ao segundo almoço [na viagem de barco de Moçambique para Lisboa] conhece[ra] um reformado amante de biscoitos e suécas e um maneta espanhol que vendia cautelas em Moçambique chamado Dom Miguel de Cervantes Saavedra, antigo soldado sempre a escrever em folhas soltas de agenda e papéis desprezados um romance intitulado, não se entendia porquê, de Quixote, quando toda a gente sabe que Quixote é apelido de cavalo de obstáculos, e ao fim da tarde puxavam o caixão e batiam trunfos lambidos no tampo do verniz. [...]»

E o texto continua, Cervantes lado a lado com Camões, num pungente e grotesco desconcerto, do mundo, da alma e da pátria, mais à maneira de Quevedo do que à daqueles dois, com uma dimensão simbólica que preferíamos não ter vivido, deste não saber por onde nos levaram as naus e por onde anda o esplendor de Portugal.

Como noutros momentos de aflição – tanta que, cerca de um século antes, até alguns tinham recorrido a mitos de catástrofes salvadoras – escritores e ensaístas tinham juntado Dom Quixote com Dom Sebastião, nisto que já chamei «a sebastianização de Dom Quixote e a quixotização de Dom Sebastião», e que, segundo creio, proporciona o mais específico de uma recepção portuguesa do livro de Cervantes, constituída por um conjunto de textos (situados de meados do século XIX a meados do século XX) em que se fundem as figuras de Dom Quixote e de Dom Sebastião, numa recíproca contaminação de messianismo por cumprir. Romântico finissecular, Pinheiro Chagas imagina-os irmãos, na loucura, na castidade e na fé cavaleiresca. Pascoaes e, mais tarde, J. Gomes Ferreira juntam-nos no mitema sebastianista do nevoeiro. Mas notável mesmo é ter-se representado no Teatro Nacional, com cenários de Almada Negreiros e música de Ernesto Halfter, com os maiores actores do teatro português da época, em pleno regime salazarista, uma peça de teatro onde um Dom Quixote libertador dos oprimidos, aqui repetidamente chamado de Encoberto, e anunciado

nos romances de um poeta cego, aqui de nome Bandurra, é chamado a restabelecer a justiça social. Sem ambiguidade por parte do autor, já que para epígrafe da obra escolheu uma passagem do episódio dos «galeotes» onde Dom Quixote faz um impressionante elogio da liberdade e condena os que convertem «em escravos aqueles que a natureza e Deus fez livres». Era *Dulcineia ou a Última Aventura de Dom Quixote*, de Carlos Selvagem, de que mais adiante, nesta Introdução, se voltará a falar.

Cerca de dez anos mais tarde, em Évora, a 1 de Junho de 1956, sairá um periódico, como já tinha acontecido no século anterior, por toda a Europa, com o nome de *Dom Quixote*. Só que este é um «jornal literário» e nele vão colaborar alguns dos maiores escritores da literatura portuguesa contemporânea: aí se publicaram, por exemplo, fragmentos inéditos dos primeiros romances de Vergílio Ferreira e de Urbano Tavares Rodrigues. O número 6 publica uma «Carta Aberta ao Senhor Professor Oliveira Salazar», reclamando uma maior participação dos intelectuais na vida cultural do país. Será o último número e o jornal fizera justiça ao nome. Estrangeiros, o nome e o cavaleiro? «Estrangeiro, sem fé nem lei» lhe chamam, no fim da peça de Carlos Selvagem, os que antes se tinham servido dele e, à sua custa, tinham conquistado o poder e, agora, o traem e prendem. Mas, como então respondem vozes sem nome, e a literatura portuguesa incessantemente tem repetido ao longo destes quatro séculos, «a pátria de D. Quixote é sempre onde ele estiver», enquanto o inesgotável livro de Cervantes servir os anseios, de justiça ou outros, e as imaginações das suas e dos seus leitores. Quixotescamente. Além de, a muitos e muitas de nós, nos ensinar, hoje, uma moderníssima maneira de fazer literatura e sobre ela reflectir.

2. VIVA OU MORRA DOM QUIXOTE?
O GRITO DOS POETAS E A UTOPIA CERVANTINA:
MIGUEL TORGA E JOSÉ GOMES FERREIRA¹

«Señores», diz Dom Quixote, da última vez que o ouvimos falar, dirigindo-se aos amigos presentes, «vámonos poco a poco, pues ya en los nidos de antaño no hay pájaros hogaño. Yo fui loco, y ya soy cuerdo: fui Don Quijote de la Mancha, y soy agora, como he dicho, Alonso Quijano el Bueno.» (*El Quijote*, II, 74)

¹ Texto da conferência proferida na 2.ª Bienal de Cascais – Utopia 97, publicada no volume *Utopia e Quixotismo*, org. e coord. Câmara Municipal de Cascais/Fundação D. Luis I, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Pouco antes do fim do livro – de 1615 – depois de uma longa saída na qual, em companhia do fiel e sábio Sancho Pança, tentara pôr o seu visceral sentido da liberdade ao serviço de uma tenaz vontade de transformar o mundo, Dom Quixote regressa à sua aldeia. Vencido pelo cavaleiro da Branca Lua, volta para cumprir a palavra dada ao vencedor de suspender pelo período de um ano o seu exercício de cavaleiro andante.

É então que o extraordinário talento de encenador do fidalgo manchego, de que já dera provas cabais ao construir-se na personagem de Dom Quixote – encenador, digo eu, imitador de ficções, diria ele –, o faz construir um jogo em que desta vez se propõe vestir a máscara de pastor, sem se esquecer de atribuir a cada um dos seus companheiros de aventura um papel neste novo jogo.

Ainda de regresso a casa, nesse jeito de caminhar e conversar que há-de servir de guia a tanta narrativa de viagens posterior, Quixote vai já imaginando e pondo em cena o seu teatro. Sabe porque o faz, identifica-lhe as origens, conhece de cor os elementos indispensáveis à representação, e gostosamente assume uma multiplicidade de papéis: autor – que fielmente respeita as exigências do género; encenador – que transmuta espaços e situações à medida das conveniências; actor-protagonista – que, fiel e rigorosamente, executa os passos do ritual. Se não, ouçamos-lhe o que vai dizendo a Sancho, ao atravessar um lugar onde antes tinham sido «atrope-llados de los toros» (II, 67):

«– Éste es el prado donde topamos a las bizarras pastoras y gallardos pastores que en él querían renovar e imitar a la pastoral Arcadia, pensamiento tan nuevo como discreto, a cuya imitación, si es que a tí te parece bien, querría, ¡oh Sancho!, que nos convirtiésemos en pastores, siquiera el tiempo que tengo de estar recogido. Yo compraré algunas ovejas, y todas las demás cosas que al pastoral ejercicio son necesarias, y llamándome yo *el pastor Quijotiz*, y tú *el pastor Pancino*, nos andaremos por los montes, por las selvas y por los prados, cantando aquí, endechando allí, bebiendo de los líquidos cristales de las fuentes, o ya de los limpios arroyuelos, o de los caudalosos ríos.» (DQ, II, 67)

«Si es que a tí te parece bien»! Claro que a Sancho lhe vai parecer não só bem mas muito bem. Ao nosso camponês escudeiro só pode «quadrar-lhe» e ainda «esquinar-lhe» aquele género de vida. E só tem medo que Sansón Carrasco, o barbeiro e até o cura, «según es de alegre y amigo de holgarse», queiram entrar no jogo.

Chegado à aldeia, comunica aos amigos o novo projecto. E, entusiasmado e empenhado em dar a esta nova «imaginação», como vimos, a maior

veracidade possível, distribui os papéis, dá nome às personagens e dispõe-se mesmo a comprar ovelhas e gado em quantidade suficiente que lhes justificasse o nome de pastores. O paralelismo das máscaras é tal que a fingida princesa Dulcineia del Toboso pode, sem alteração do nome, passar agora a desempenhar o papel de «pastora fingida».

Longamente tinha já percebido o desocupado¹ e amigo leitor, desde o início do livro, desde pelo menos o episódio da queima dos livros, como o mundo pastoril re-criado pela literatura (e que é, recorde-se de passagem, o género no qual Cervantes se tinha estreado trinta anos antes com a sua *Galatea*) oferecia ao imaginário literário do inveterado leitor Alonso Quijano o mais sério modelo alternativo ao modelo cavaleiresco. Tanto mais que o elogio da idade de ouro, que tão empenhadamente Dom Quixote há-de sustentar em inesquecível discurso, é uma construção dessa mesma literatura pastoril, prática essencial do cânón renascentista – aquela em cuja arcádica utopia se vinham refugiando alguns dos mais lúcidos, brilhantes e desencantados espíritos da época.

Grande será, pois, a tristeza do mesmo leitor quando o título do capítulo seguinte, que será o último, lhe anuncia «De cómo don Quijote cayó malo, y del testamento que hizo, y su muerte», cortando-lhe irremissivelmente a possibilidade de assistir às aventuras do projectado exercício pastoril de Alonso Quijano. E à tristeza há-de juntar-se desapontamento e raiva, em alguns; assombro, em quase todos, quando, ao acordar Dom Quixote de umas febres que o tiveram seis dias em cama, lhe ouvimos dizer estas palavras:

– Dadme albricias, buenos señores, de que ya yo no soy don Quijote de la Mancha, sino Alonso Quijano, a quien mis costumbres me dieron renombre de *Bueno*. Ya soy enemigo de Amadís de Gaula y de toda la infinita caterva de su linaje; ya me son odiosas todas las historias profanas del andante caballería; ya conozco mi necedad y el peligro en que me pusieron haberlas leído; ya, por misericordia de Dios, escarmentando en cabeza propia, las abomino (*DQ*, II, 74).

Quantos leitores de Cervantes não lhe perdoarão nunca a crueldade da retractação de Alonso Quijano! Outros preferirão ignorá-la, apropriando-se, à medida das suas necessidades, da figura de Dom Quixote dele nascida e

¹ Ao «desocupado lector», recorde-se, dirige Miguel de Cervantes o «Prólogo» do *Quijote* de 1605.

por ele criada numa inabalável afirmação de liberdade. Uns poucos, no entanto, umas poucas, leitores e leitoras talvez desapontados mas atentos, hão-de perguntar-se, uma e outra vez, porquê esta morte abrupta e brutal de Dom Quixote.

Inconformado ficará também Sancho. Ouve Dom Quixote à beira da morte fazer o testamento, reconhecer que já passou de «loco a cuerdo» e pedir-lhe perdão «da ocasião que lhe deu de parecer louco como ele». Recorda, então, o belo projecto pastoril que ambos tinham alentado. E chorando, dirige-lhe este grito de exortação:

«– ¡Ay! – respondió Sancho, llorando –: No se muera vuestra merced, señor mío, sino tome mi consejo, y viva muchos años; [...] Mire no sea perezoso, sino levántese desa cama, y vámonos al campo vestidos de pastores, como tenemos concertado [...]» (*DQ*, II, 74).

Falei de «grito de exortação». Plagiei, pois. Apropriei-me da voz de um poeta português, um dos mais amigos e frateros companheiros que Miguel de Cervantes encontrou em Portugal. Tanto que por segui-lo, a ele, Cervantes, e a outro Miguel espanhol, se chamou também Miguel: Miguel Torga.

Na poesia portuguesa, caber-lhe-á a ele, leitor atento e comprometido, disso dará sobejas provas, recordar o sonho de projecto pastoril de Dom Quixote e Sancho, recolher o choro de Sancho, transfigurá-lo em grito e, de acordo com o modelo do comportamento quixotesco, convertê-lo em esperança de acção. Será isso utopia?

Sobre a existência de um programa utópico e da consciência dela no *Quixote* falou já o Prof. Antonio Blanch em termos que compartilho inteiramente e em que tão claramente teria eu sido incapaz de expressar-me.

Comparando-a com a utopia do Quixote unamuniano chamou-lhe uma utopia moderada ou crítica. No que a esta questão respeita, Cervantes seria, na sua análise, um intuitivo; Unamuno, um doutrinário. Não é, pois, a ideia de utopia no *Quixote* que, agora, me ocupará. Para mim, tenho apenas claro que qualquer elaboração utópica está intrinsecamente determinada pela experiência do tempo, do espaço e da história em que essa utopia é gerada e pela necessidade a que procura responder. Sobre a utopia de tipo erasmista ou cristã no livro de Cervantes discorreram já os entendidos. E alguns, como J. A. Maravall falaram mesmo de contra-utopia. Por isso, para o conhecido especialista do barroco espanhol, utópico é, na verdade, Sancho Pança que apresenta as características da «vida simples» e do mundo rural – uma

e outro, reconhecidos tópicos das utopias – e, sobretudo, consubstancia o seu sonho de ideal na obtenção de uma ínsula.¹

Para além, pois, do que grandes estudiosos tenham ou não tenham escrito sobre a utopia no *Dom Quixote* interessa-me, neste momento, como já me interessou em anteriores leituras críticas, observar como tem sido escrita na literatura portuguesa a nossa relação com essa construção cervantina que a alguns tem servido de modelo de utopia.

Por exemplo: a apropriação político-messiânica da figura de Dom Quixote que encontramos em textos portugueses, isso a que chamei já de sebastianização de Dom Quixote e quixotização de Dom Sebastião, não poderá ser considerado um fenómeno de apropriação utópica da personagem cervantina?

De uma certa sebastianização da figura cervantina, aliás, creio que caberia também falar no caso do conjunto de poemas de José Gomes Ferreira que, também agora, quero recordar. Veremos, mais adiante, de que maneira.

Miguel Torga

Torno, pois, à pergunta que me orienta desde o título: *Viva ou morra Dom Quixote?* E retomo Miguel Torga que, um dia, escreveu um poema que intitulou «Exortação a Sancho»: começa com o apelo do poeta a um «senhor seu» que é não Dom Quixote, como num primeiro momento se poderia esperar, mas sim Sancho:

Senhor meu, Sancho Pança enlouquecido
Servo vencido
Na terra sonhada,
Tem a coragem da verdade nua:
Olha esta Ibéria que te foi roubada,
E que só terá paz quando for tua.

e que termina com estas palavras:

¹ MARAVALL, José Antonio, *Utopia e contrautopia en el Quijote*, Santiago de Compostela, Editorial Pico Sacro, 1976.

Venha o teu grito de transfigurado:
Ai, no se muerá!... E a Donzela acorda
E renega o idílio traíçoeiro.
Venha o Sancho da lança e do arado,
E a Dulcineia terá, vivo a seu lado,
O senhor D. Quixote verdadeiro!

Um dia, dizia eu, foi em 1965 ou, pelo menos, em 1965 o publicou Miguel Torga em *Poemas Ibéricos*. Mas para mais correctamente se avaliar dos sentidos do poema há-de observar-se o lugar que lhe cabe no livro, um livro rigorosamente articulado tanto na sintaxe dos poemas que o compõem como na constituição e nomeação dos ciclos em que se organiza. Como o tinha sido a *Mensagem* de Fernando Pessoa a que *Poemas Ibéricos*, é difícil pensar o contrário, constitui uma resposta. Assim, recordemos: o livro abre com o poema «Ibéria» e organiza-se depois, nos seguintes ciclos sucessivos: «História Trágico-Telúrica»; «História Trágico-Marítima»; «Os Heróis»; fechando com «O Pesadelo», que reúne os poemas «Pesadelo de D. Quixote», «Não passarão» e «Exortação a Sancho». A «exortação» tem, assim, o papel clausal não só do ciclo mas do livro no seu todo.

O livro de 1965 tinha, como se sabe, um antecedente: *Alguns Poemas Ibéricos*, publicados em volume em 1952 mas, como o poeta faz questão de informar em nota, quase todos escritos em 1935 e 1936 e publicados alguns deles, e especificamente «Ibéria», em 1938. Se este primeiro conjunto terá servido de embrião para o último, a observação das diferenças leva-nos ao reconhecimento de uma reelaboração e do aprofundamento da presença do imaginário cervantino em *Poemas Ibéricos*, de 1965. O próprio poema dedicado a Cervantes é completamente diferente em ambos os livros, acenando no segundo a capacidade que «o génio» tem de, «Num apagado esforço pertinaz / A partir dum lampejo de ironia», «realizar milagres» e o reconhecimento, por parte do próprio poeta, em nomear-se como objecto daquela capacidade de transformação.

Significativas são igualmente as diferenças que encontramos no poema dedicado a Unamuno, cuja segunda estrofe é completamente mudada na edição de *Poemas Ibéricos*: «Amou a Ibéria como um novo Otelo», da primeira versão, passa a «Amante duma outra Dulcineia», em 1965. Mas a «alteração» mais substancial encontra-se, com efeito, nos poemas feitos explicitamente em torno de Dom Quixote.

Em *Alguns Poemas Ibéricos*, de 1952, o livro termina com o poema «Pesadelo de Dom Quixote». Em 1965, este abre o já referido conjunto de poemas que

recebem o título geral de «O Pesadelo», passando a constituir-se num ciclo; recolhe o poema publicado em 1952 mas amplia-se, agora, com uma nova estrofe:

Ergue-te, Sancho! Quais moinhos?! Quais?!
Ai! Pobre Sancho, que não sabes ver
Em moinhos iguais
Qual deles é só moinho de moer!...

Que são, pois, os outros moinhos, os que não são só moinhos de moer? Se aqui é a voz de Dom Quixote que se fazia ouvir, em «Não passarão», o segundo poema, o poeta assume a voz do texto com um primeiro verso «Não desesperes, Mãe!» que vem irmanar o famoso grito da Passionária ao do pesadelo de Dom Quixote, grito que agora passa a ser totalmente assumido pelo poeta, recolhendo o facho da luta e da esperança. O grito é, finalmente, posto pelo poeta, no terceiro e último poema, na voz de Sancho como se o poeta pedisse a Sancho ajuda para cumprir esse «não passarão» que Torga acaba de assumir.

Miguel Torga recupera, assim, o grito de Sancho para exortar Dom Quixote a que viva – a que não desista dessa «batalha de ser fiel à vida» a que nos tinha habituado. É, pois, o poema que encerra o ciclo – «Exortação a Sancho» – que definitivamente nos situa o poeta em diálogo, solidário e empenhado, com a função política – outros dirão utópica – da construção cervantina de Quixote e Sancho, numa actualização histórica inequívoca...

Venha o teu grito de transfigurado

clama Miguel Torga a Sancho. A chave, que terá a função de mudar a história e o futuro, estará nesse comovedor «*Ai, no se muera!...*» que Miguel Torga reproduz, em itálico, e fielmente.

Só o leitor que conhece, de verdadeiramente o ter lido, o texto de Miguel de Cervantes, reconhecerá esta frase, que o autor põe na boca de Sancho, em que circunstâncias aparece, a que apela – a que exorta, direi eu, seguindo Torga – esse chamamento que o poeta português ouviu como um grito, um «grito de transfigurado».

Tendo, em minha opinião, compreendido cabalmente a função de Sancho e o seu processo de aprendizagem ao longo da obra – o que raras vezes aconteceu na história da recepção do «entrañable» companheiro de Dom Quixote –, Torga coloca em mãos de Sancho o papel salvador. Papel, note-se, que se serve, ao mesmo tempo, «da lança e do arado». Se utopia existia – utopia no sonho do cavaleiro e no desejo de ínsula do escudeiro

– ou no par que ambos indissolavelmente formam – «Venha o Sancho da lança e do arado» e *sonho e desejo* transmutam-se em *ação fiel à vida*.¹ A morte de Dom Quixote será, então, o momento escolhido pelo poeta português para lançar o grito de recuperação da utopia.

José Gomes Ferreira

Outros, na poesia portuguesa, antes dele, como Gonçalves Crespo ou Gomes Leal, tinham, com mágoa e pena, contado em versos tristes a morte do cavaleiro andante. Por isso, neste contexto dos diálogos da poesia portuguesa com as figuras cervantinas, nos aparece única e original a voz de um outro poeta que, pelos anos de 1935-36, assim escreve, a gritos e com raiva:

Pobres, gritai comigo:

Abaixo o D. Quixote
com cabeça de nuvens
e espada de papelão!
– E viva o Chicote
no silêncio da nossa Mão!

Este é já o poema III de um ciclo, «A morte de D. Quixote», datado de 1935-36 e inserto em *Poesia I*.² No primeiro tinha Dom Quixote repetidamente sido nomeado como «o cavaleiro da Lança Inútil», cuja sombra se atravessa no caminho do poeta, o que o faz terminar, dirigindo-se a D. Quixote, com um grito: «– farto de ti e do teu sonho / que só suja a realidade.» E no segundo representa, reconstrói, o riso dos que «a chorar» se riem do Cavaleiro.

Em 1984, no primeiro esboço de ensaio que dediquei a Camilo, leitor de Dom Quixote, referi-me pela primeira vez ao conjunto de poemas de José Gomes Ferreira, datados de 1935-36, lembrando como o poeta tenta ali matar Dom Quixote e perguntava-me: «Porquê esse desespero e essa necessidade de matá-lo?» Pergunta a que nem sequer, confesso, tentava responder porque então me ocupava da paródia que Camilo Castelo Branco fizera do comportamento cavaleiresco do herói cervantino, comportamento que,

¹ Segunda estrofe de «Exortação a Sancho»: «Ergue a fronte dobrada / E começa a façanha prometida! / Cumpre o voto da nova arremetida, / Feito aos pés de quem foi / O destemido herói / Da batalha de ser fiel à vida!».

² FERREIRA, José Gomes, *Poesia I*, Lisboa, 1948. Cito da 3.^a edição. Lisboa, Portugalíia Editora, 1967.

hoje, aqui, também talvez pudesse ser considerado utópico. Pelo menos, como objecto da paródia camiliana...

Depois, voltei a lembrar os poemas de José Gomes Ferreira, para aventar a natureza romântica da sua construção ou para assinalar uma «profunda e empenhada dimensão política que a invocação do herói cervantino assume naqueles poemas». Num e noutro caso, eu emparceirava aqui o *Quixote* de J. Gomes Ferreira com o de Miguel Torga do ciclo «O Pesadelo de Dom Quixote» dos *Poemas Ibéricos*. Finalmente, ao analisar a sebastianização de Dom Quixote, construída numa série de textos ensaísticos e literários portugueses, notei como o Dom Quixote de J. Gomes Ferreira estava, também ele, contaminado de mitologia sebastianista, detectável, entre outros, pela presença do mitema do «nevoeiro»...

Tudo isto, no entanto, o fiz sempre de passagem, ou secundariamente. Sem dar-me conta, sequer, de que o poeta se propunha matar o cavaleiro andante que o próprio Alonso Quijano já matara. Da mão do seu Autor, antes de encerrar o livro e de «colgar la pluma», Cide Hamete, seu cronista. Para que não restassem dúvidas nem ocasião a que outro qualquer falso Avellaneda se apropriasse do seu herói.

Ao ser-me proposta uma intervenção no quadro de uma reflexão sobre utopia e quixotismo, voltei a pensar em Torga e José Gomes Ferreira.

Torga era, afinal, para mim, leitora «quixotizada» e, por isso, companhia de Sancho, bem pacífico, já que lhe partilhava as afeições. Inquietante continuava o Dom Quixote de J. Gomes Ferreira. E repetia-me a pergunta que há mais de dez anos me fizera: «Porquê esse desespero e essa necessidade de matá-lo?» Inquietação em que, aliás, encontrava parceiros. J. do Prado Coelho, no verbete sobre «Dom Quixote e quixotismo» na literatura portuguesa, que escreveu para o seu *Dicionário*, lembra o que chama «a original interpretação de J. G. Ferreira»:

«O “Cavaleiro da Lança Inútil” não passa dum mistificador; o idealismo quixotesco leva à aceitação passiva, arrastando-nos para a quimera; o necessário é pôr os oprimidos em face da realidade nua, dar-lhes consciência da sua força, incitá-los a construir, com mãos viris, uma nova Cidade; “Poeta, incendeia a espada!”»

Por sua vez, o lusitanista espanhol José Ares Montes, ao comentar a presença de «Don Quijote en tres poetas portugueses»¹, poetas que são

¹ Em *Anales Cervantinos*, Tomo XXV-XXVI, 1987-1988, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988:65-73.

Pascoaes, J. Gomes Ferreira e Torga, apresenta a evocação do segundo considerando-a «incompreensiva» e «injusta». Situando, a meu ver pertinen-temente, o Dom Quixote do poeta português na «situación socio-política que sufre Portugal en los años en que nacen estos poemas – la dictadura de Oliveira Salazar a la que fue, logicamente, opuesto», Ares Montes, orientando-se num eixo conceptual a que já Jacinto do Prado Coelho tinha recorrido, conclui que, para o poeta, dada a necessidade de «enfrentarse com los problemas reales y actuales, eludirlos mediante la fantasía y el sueño es signo de cobardía, por eso “don Quijote es un cobarde al que es preciso combatir”». Por fim, Ares Montes chega mesmo a comentar: «Ignoro si Gomes Ferreira leyó o no el *Quijote*; concedámosle que sí, pero la imagen que de él da, parece, por injusta, alejarse de la que nos legó Cervantes.»

Por mim, não preciso nem conceder ao poeta que tenha ou não lido o *Dom Quixote* de Cervantes, admitindo que, efectivamente, o não leu. Mas isso não é o que agora me importa.

Porquê, pois, aquela raiva desesperada e aquela necessidade de matar Dom Quixote? O comentário do estimado professor espanhol coincidia com o do português J. do Prado Coelho, meu querido Mestre: perante a situação histórica e política, de guerra e de confrontos, de injustiça social, o sonho de Dom Quixote não serve. Mas se um e outro, repito, pareciam responder à minha pergunta, todavia era-me evidente que o conflito não era, afinal, tão facilmente formulável.

No poema VII do mesmo ciclo lê-se:

Quem anda nos meus olhos
a querer salvar o mundo
com espadas de lágrimas?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Quem anda na minha sombra
a arrastar a armadura negra
do cavaleiro da Resignação?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Quem anda na minh'alma
a querer estrangular gigantes
com mãos de adormecer lírios?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Quem anda na minha Ira
a enterrar punhais de solidão
nos monstros dos Desvios Nevoentos?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Quem anda no meu sonho
a ressuscitar filhos mortos nos regaços,
para morrerem outra vez de fome?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Quem anda na minha voz
a iludir-me de clangores de peleja
na cidade dos Inimigos Trocados?

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Sim, matar-te
para nunca mais sentir na cara o frio de
[lâmina das tuas lágrimas.

E ficar diante da vida,
terrível e seco,
de mãos nuas
– à espera de outras mãos de algum dia,
suadas da camaradagem do mundo novo.

Mas, afinal, quem anda nos *olhos*, na *sombra*, na *alma*, na *Ira*, no *sonho* e na *voz* do poeta, bem dentro dele, é esse mesmo D. Quixote que diz querer *matar*. O mais imediato seria, então, perguntar-se: *Matar* Dom Quixote será, afinal, *matar-se* a si próprio? Ou a que parte de si?

Com a pergunta, de índole restrita, algo mais, e de âmbito mais amplo, me interessava procurar nesta utilização do mito de Dom Quixote. Em que tradição interpretativa da figura e do livro de Cervantes se integrava? De que forma um poeta militante – como a si próprio se chamou J. Gomes Ferreira – respondia a essa interpretação?

Forçosamente me encontrava aqui com a ideologia e o programa neo-realistas ou a ele afim. Ou, interrogando-me por outros caminhos e seguindo mais de perto as palavras deste poema: quem tinha posto nos *olhos*, na *sombra*, na *alma*, na *Ira*, no *sonho* e na *voz* do poeta esse Dom Quixote que ele diz precisar de matar para «ficar diante da vida, / terrível e seco, / / de mãos nuas / – à espera de outras mãos de algum dia, / suadas da camaradagem do mundo novo»?

A que desenho – construção, projecto – de utopia correspondia aquele Quixote que parece levar dentro e que lhe não serve?

Que o levava dentro era já para mim certo. Certeza que se verá confirmada no poema que, poucos anos depois, vai publicar em *Poesia II*, no conjunto «Sonâmbulo» onde o ouvimos repetir:

Vi-o cair sozinho
ao pé do tapume
e não fui erguê-lo.
Continuei o meu caminho
com raivas de lume
nos olhos de gelo...

Ah! D. Quixote, D. Quixote
que trago no coração,
porque não me obrigaste, a chicote,
a levantá-lo do chão?

[...]

D. Quixote, D. Quixote,
D. Quixote sem cavalo,
sem espada nem arnês,
fechado no meu coração:
porque não me obrigaste a levá-lo
em vez, em vez
de estares para aí a chorá-lo
com lágrimas de sonho vão?

D. Quixote português,
covarde de solidão.

Agora, o poeta parece ter desistido de matar o D. Quixote que, afinal, leva dentro «fechado no coração». Pelo contrário, pede-lhe que o faça actuar, que o ajude, enfim, a vencer a cobardia. E permanece, entre outras, a imagem do «chicote» como instrumento – ou metáfora – de acção.

Que percursos, pois, que conflitos guiam o diálogo do poeta com a figura ou o mito de Dom Quixote?

Em *A Memória das Palavras I ou o gosto de falar de mim* (1965) vai, finalmente, contar-nos o poeta como a figura de Dom Quixote se lhe impõe desde o início da sua carreira literária: como modelo de cavaleiro andante «que tirava aos ricos para repartir pelos pobres» – por isso, o funde com a figura do Zé do Telhado dizendo-se perseguido pelo mito com apenas vinte anos; ou como matéria onde exercita os seus «queridos versos livres».

Essa sua luta com o herói cervantino – convertida em mito de desenho finiomântico e unamuniano – proporcionava-lhe, afinal, terreno fértil onde afirmar essa condição de «poeta militante», duplamente: no sentido poético com que assim se autoneomeou; no sentido social e político com que muitos interpretaram a expressão.

Nesse texto de auto-exegese acabou por deixar claro o que julgou ser a sua relação com a figura cervantina. A citação será longa mas inevitável:

«Em 1933, [...] gizei o plano dum largo Poema que rotulei provisoriamente de *Cabaret* [...]. O fio condutor da trama do Poema provinha em linha recta dos congéneres românticos. [...] O Poema gorou-se, afogado no tumulto em que me meteram para acompanhar a produção e a montagem do filme de Cottinelli Telmo, *A Canção de Lisboa*, ao mesmo tempo que sentia ressurgir a sedução do tema de D. Quixote, cuja visão unamunesca, talvez por influência de Leonardo Coimbra, me perseguia desde a juventude literária (José do Telhado, o Mateus, etc. Inúmeros Quixotes «que faziam chorar»). Mas, a pouco e pouco, quase sem me aperceber da mutação, as hipóteses filosóficas materialistas, aceites antes, insuflaram nova orientação à velha figura, como o provam as aventuras de João Sem Medo, que, em 1933 e a pedido de António Lopes Ribeiro, comecei a publicar n' *O Senhor Doutor*, assinadas pelo pseudónimo de *O Avô do Cachimbo*. Mal eu então suspeitava, cego por intuitos aparentemente menos fundos, de que se tratava de mais um D. Quixote, este Desmitificador e simplificado até ao osso da ingenuidade popular.

O antigo Cavaleiro meio-louco e semeador de ilusões que vagabundeava pelo globo com olhos de verem princesas nas plebeias e gigantes nos moinhos, substituíra-o eu por um ser de idade propositadamente indefinida e *excesso de razão* que, num constante arrancar de máscaras, desmitificava, implacável, bruxas,

fadas e prodígios. Em certa altura imaginei até uma espécie de Sancho Pança: o tremelicante João Medroso 26. Tudo na maior involuntariedade de improvisação semanal [...].

Daí a dois anos, porém, ao deitar mãos à *Morte de D. Quixote*, o problema já se me apresentava com clareza de véus inteiramente rasgados. Agora era o próprio D. Quixote de Cervantes – D. Quixote, o Mitificador – que eu atacava de frente, não só para me libertar de vez de Enganos e Irrazões, como da ideia inculcada por Leonardo Coimbra do Cavaleiro Falsamente Sublime que, entre o riso dos ricos e dos lacaios dos ricos, propunha a luta inane em favor dos pobres e das viúvas com armas de papelão e resguardos de bacias de barbeiro:

És tu, D. Quixote, e vou matar-te.

Lancei-me à realização do Poema com entusiasmo de concebê-lo nos eléctricos, nos cafés, nos intervalos da tradução das fitas, a cambalear de rua em rua. Mas não consegui completá-lo.»

(in *A Memória das Palavras I*)

Pois é. O Dom Quixote de José Gomes Ferreira era, confessadamente, o Quixote de Unamuno – e não de Cervantes.¹ Um Dom Quixote finissecular, quintessência do romantismo, utopia à medida do mito de «catástrofes salvadoras», messiânico, um sonhador ingénuo que os seus antecessores portugueses tinham já fundido com a figura de D. Sebastião – esse «Quichote coroadado», na expressão de Pinheiro Chagas. A Névoa e a Sombra são portuguesas. Afinal, contemporânea desse seu «Quixote português, covarde de solidão» é a peça de Carlos Selvagem, *Dulcineia ou a Última Aventura de Dom Quixote*, representada no Teatro Nacional, em Janeiro de 1944, na qual vemos o fidalgo castelhano sair das suas terras da Mancha para estar ali onde se necessita um Salvador ou a esperança dele, no caso, em terras portuguesas.

E é contra essa utopia que o poeta militante, orientado pela «razão filosófica materialista», diz querer lutar e tenta desmitificar.

Também José Saramago, em poema, há-de insurgir-se contra esse mesmo Dom Quixote que em «sonho de louco» transforma «moinhos, mulheres e Baratárias, / coisas reais que Sancho bem conhece / E para ti [D. Quixote] são pouco» «em gigantes, Dulcineias e ilhas». E há-de exaltar esse Sancho

¹ Tinha sido, efectivamente, Unamuno, mas o Unamuno de 1898, quem tinha publicado os artigos «¡Muera Don Quijote!» e «¡Viva Alonso el Bueno!».

de cuja «bruta mão cai a semente / Que a teu amo sustenta, e sem o pão, /
/ Até assombro é nada.»¹

Todavia, anos mais tarde, há-de o mesmo escritor, já não poeta mas prosador ficcionista, compulsivamente desembarcado numa *Ilha Deserta*, escolher para companhia o livro de Cervantes. Para aí viver, sozinho, com «muito trabalho e poucas distrações», parece-lhe que «não havia melhor livro do que o *Dom Quixote*, que faz rir e tem uma Dulcineia inexistente» assim como um disco – *Orfeu*. Na ilha, ouvem-se «as gargalhadas de Sancho Pança. Dom Quixote, esse, passeava todas as manhãs pela praia rescendente de algas e sal, cada vez mais magro, montado nos ossos do Rocinante». E a confirmar a boa convivência – só possível, digo eu neste caso, entre pessoas afins ou solidárias – reconhece: «Em boa paz, vivemos os quatro na ilha deserta.»²

Ainda mais tarde, de novo em prosador ficcionista, como se viu anteriormente, há-de cantar um Centauro que foi herói de uma «verdadeira e inesquecível aventura»: ao ver «no meio de um descampado árido» um cavaleiro ser maltratado por um exército de moinhos e vendo afastar-se o cavaleiro e o homem baixo e gordo que o acompanhava, «o homem magro maltratado e o homem gordo carpindo-se», pensou o Centauro «sair-lhes ao caminho para os ajudar, mas, tornando a olhar os moinhos, foi para eles a galope, e, postado diante do primeiro, decidiu vingar o homem que foi atirado do cavalo a baixo», assim se convertendo em herói do conto.³

Também José Saramago parece, pois, protagonizar, em relação ao mito de D. Quixote, uma trajectória semelhante à de José Gomes Ferreira.

Ambivalências que só a história e a alma humana poderão explicar, afinal, a dicotomia entre sonho e realidade, espírito e matéria, simbolizados, respectivamente, em Dom Quixote e Sancho e numa relação antinómica entre ambas as figuras, que o romantismo tinha vindo a construir desde o fim do século XVIII e desenvolvido ao longo do século XIX, é esse o eixo filosófico-ideológico que desenha a figura com a qual dialogam: herança romântica que, num e noutro, se funde com a orientação das «hipóteses das filosofias materialistas», prevalecendo ora uma ora outra tendência e, em José Gomes Ferreira, enunciando-se como um percurso: «Mas, a pouco e pouco, quase sem me aperceber da mutação, as hipóteses filosóficas materialistas, aceites antes, insuflaram nova orientação à velha figura [...]»

¹ Em *Os Poemas Possíveis*, Lisboa, Portugal Ed., 1966.

² Em *Deste Mundo e do Outro*, Lisboa, Arcádia, 1971.

³ Em *Objecto Quase*, Lisboa, Moraes Ed., 1978.

É esta, afinal, a trajetória – ou será, antes, conflito e ambivalência? – de que o poeta dá testemunho: formado no decadentismo de Gomes Leal e de Guerra Junqueiro e no saudosismo de Pascoaes, apropria-se do Quixote unamunesco para, posteriormente convertido à vontade neo-realista, o atacar.

Atacar moinhos de vento diria eu se levemente fosse capaz de recorrer aos clichés que formam parte da vulgata crítica sobre o Quixote. E quisesse dizer que essa era, não podia deixar de ser, uma luta inane. Tão «inane» como o poeta diz ser a luta do «Cavaleiro Falsamente Sublime», segundo ele unamunesco e inculcado por Leonardo Coimbra.

Vale a pena fixarmo-nos numa passagem da citação anterior: «Agora era o próprio D. Quixote de Cervantes – D. Quixote, o Mitificador – que eu atacava de frente, não só para me libertar de vez de Enganos e Irrações, como da ideia inculcada por Leonardo Coimbra do Cavaleiro Falsamente Sublime que, entre o riso dos ricos e dos lacaios dos ricos, propunha a luta inane em favor dos pobres e das viúvas com armas de papelão e resguardos de bacias de barbeiro.»

A verdade é que tenho dúvidas sobre ser esse «o próprio D. Quixote de Cervantes». Ainda assim me recusarei a dizer, levemente, que o poeta ataca moinhos de vento, preferindo dizer que é uma parte – e tão importante! – de si próprio a que o seu grito quer atingir e desmascarar. E continuarei a recusar dizê-lo porque me desgosta a forma como pragmáticos e ignorantes (ignorantes de Cervantes, entenda-se), falsos sábios da vida e das sensibilidades, desvalorizam o sonho (e a utopia) arrojando, como pedra justiceira, sobre incautos idealistas, a frase «lutar contra moinhos de vento».

Mais. Porque me são evidentes as afinidades – que, neste caso é melhor que em muitos outros, caberia chamar fraternidade – entre o protesto social de Alonso Quijano–D. Quixote e essa família a que Eduardo Lourenço chamou, referindo-se aos neo-realistas, uma «família de espírito afim».

E ainda bem que, uma vez mais, me posso apoiar na voz de quem, com afecto, saber e inteligência crítica os leu e sobre eles escreveu. É que se a relação do poeta com Dom Quixote me tinha aparecido desenhada num conflito enquadrado entre dois fogos – o da herança da interpretação romântica do Dom Quixote, por um lado, e o do programa de intervenção social do poeta, por outro –, eu encontrava em Eduardo Lourenço, no seu estudo sobre o sentido e forma da poesia neo-realista, reflexões que iam ao encontro daquela percepção:

«A Ideologia – escreve Eduardo Lourenço – revelar-se-á menos como sujeito de inspiração do que quadro. Em última análise ela será sobretudo o elemento determinante da dificuldade de o próprio canto neo-realista se incarnar com aquela plenitude ideal visada obrigatoriamente pelos seus poetas. Por isso o grande tema dessa poesia, a sua obsessão permanente será, afinal, sob vocabulário moderno e explícita intenção social, o tema romântico por excelência do conflito entre o Sonho e o Real.»¹

Por isso, terminarei eu, a ambos, ao Poeta e a Dom Quixote, valem as palavras de Jorge de Sena que E. Lourenço escolheu para epígrafe do prólogo desse seu excelente estudo: «Porque para lá de todas as amarguras somos gerações que querem transformar o mundo.» Poetas ou cavaleiros de sonho, elas ou eles, na *batalha de ser fiel à vida*, dispostos a enfrentar moinhos e gigantes. Utopia?

3. LABIRINTOS DA IDENTIDADE: DE COMO UM FIDALGO CASTELHANO-MANCHEGO FOI CHAMADO A SALVAR A PÁTRIA PORTUGUESA (DA LITERATURA COMPARADA AO FADO LUSÍADA)²

O problema da nossa identidade, a nossa, quero dizer, de Portugal enquanto nação e dos portugueses enquanto povo – o que na tipologia das identidades se deu em chamar de identidade nacional – constitui uma das mais marcantes preocupações da literatura (romance, poesia, teatro) e do pensamento português contemporâneos. O que não deixa de ser singular num país com quase nove séculos de existência. Há mesmo quem veja nessa preocupação, por vezes obsessiva, uma característica da cultura portuguesa do nosso tempo. Os nomes são muitos, quase todos os maiores do século xx, e prescindo de fazer o inventário. Lembro apenas, entre outros, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Miguel Torga, Jorge de Sena, Natália Correia, Alexandre O'Neill e José Cardoso Pires. O que nos pode levar a perguntar, além do mais:

– Que inseguranças, complexos, conflitos ou solidões (que ressentimentos de um ocidental) movem essa obsessão?

¹ LOURENÇO, Eduardo, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, 2.ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983 [1968].

² Texto, com alterações, do ensaio publicado na *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Identidade, Tradição e Memória*, n.º 9, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

– Que tradição, ou tradições, guiam, estimulam e alimentam este desassossego da identidade à beira-mar plantado?

Eduardo Lourenço tem-nos dado, insistentemente, algumas das mais recentes e divulgadas reflexões sobre a matéria, analisando os modos como a literatura portuguesa tem representado e «fixado», uma e outra vez, essa «nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo». Eufórica ou disforicamente. E dando também ele o testemunho de mais um desassossego, mesmo se mostrado em máscara de analista. (Claro que nisto de máscaras e de desassossegos, também cabe julgar da ironia com que pareço falar de tudo isto...)

Em «Da Literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Pessoa)» (1975), «insinua» Eduardo Lourenço que esta «preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses» nos vem dos românticos e neste sentido afirma que: «Nenhum itinerário romântico é, entre nós, mais interessante, a esse respeito, que o de Garrett. Ele é o primeiro de uma longa e ainda não acabada linhagem de ulisses intelectual em busca de uma pátria que todos temos sem poder ajustar nela o sonho plausível que nos pede e a realidade amarga que nos decepciona.»

Ora, vale a pena recordar algo que todos sabemos, e mais ou menos sentimos, mas que muitos escamoteiam, isto é, que a construção da identidade de Portugal como nação se tem travado ao longo da história – se trava ainda hoje – no confronto e na relação com as demais nacionalidades hispânicas (ou ibéricas), em particular e de forma muito aguda com a castelhana. Por isso, os estudos comparatistas aplicados às literaturas e culturas ibéricas, além de a outros âmbitos, nos proporcionam excelentes caminhos para o conhecimento disso que se teima em chamar a «identidade portuguesa». Recordemos, neste campo, os trabalhos pioneiros e corajosos de Fidelino de Figueiredo, de Jorge de Sena, de Maria de Lurdes Belchior, de Maria Idalina Resina Rodrigues e, até, mais recentemente do próprio E. Lourenço, um «afrancesado», diz-se. Não esquecendo, no campo da História da Língua, o nome de Luís Filipe Lindley Cintra. Ou de António José Saraiva, no da História da Cultura. Além dos escritores que comecei por nomear.

Entre o medo da História e a irresistível necessidade do Mito

Escolhi, pois, dois «heróis» – um castelhano, outro português – para esta reflexão sobre os gestos labirínticos a que a necessidade de uma identidade ou da sua preservação pode conduzir. Veremos como essa construção – ou

sobrevivência – de uma «identidade portuguesa» não recusou, não recusa mesmo em tempos do nosso tempo, a apropriação de heróis nascidos em terras do vizinho ameaçador.

Os dados e as reflexões que, agora, apresento foram recolhidos e elaborados no contexto dum estudo mais amplo, já antes referido, que tem como objecto a recepção de Cervantes, e em particular do Dom Quixote, no Romantismo Português. Cabe já adiantar, resumindo as conclusões a que nele cheguei, que o romantismo português, e em geral a literatura portuguesa do século XIX, leu e reescreveu o Dom Quixote com práticas e interpretações críticas e ficcionais irmãs das que, então, encontramos noutras literaturas europeias.

A moda, a da recuperação e mitificação de Dom Quixote, e também da sua imaginária Dulcineia, é bom não esquecer, era europeia. Alemã, francesa, inglesa, russa e até polaca... E não só literária mas também iconográfica e musical. Mas os portugueses tinham razões particulares para a fazer sua e imprimir-lhe um cunho nacional. É que, através dela, recuperavam, ao mesmo tempo, uma das mais ricas tradições literárias portuguesas – a da literatura cavaleiresca. Uma recuperação que, em tempos de romantismos e de liberalismos militantes, os podia ajudar a pôr em prática um programa não só estético-literário mas também, e quem sabe se sobretudo, nacional, nos campos político, moral e ideológico.

O livro de Cervantes e o comportamento do seu herói funcionavam como modelo literário, e exemplo cívico, de um certo «espírito cavaleiresco», chamado a desempenhar missões de justiça social para as quais não pareciam os novos tempos ter logrado criar os modelos necessários. O certo é que vamos encontrar uma forte aproximação, que muitas vezes é autêntica identificação, entre os escritores portugueses e Dom Quixote/Cervantes. Os já assinalados Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Gomes Leal, Teixeira de Pascoaes e até José Gomes Ferreira e Miguel Torga são apenas alguns nomes da lista... Quem sabe se essa identificação não terá que ver, em termos de uma certa «psicologia nacional», com essa realidade para que aponta Eduardo Lourenço, quando diz que «dos dois países, outrora rivais, o mais quixotesco não é aquele que é o berço do Herói, mas o nosso»? Afinal, já um pouco antes, ao reflectir sobre a «identidade e imagem» de Portugal, e já não sobre a questão «Espanha e Nós», tinha ele escrito, como já antes se leu, que «poucos povos serão como o nosso tão intimamente quixotescos, quer dizer, tão indistintamente Quixote e Sancho».

Mas os escritores portugueses não se limitarão a assimilar-se a Dom Quixote ou ao seu autor. Vão também fundir a figura de Dom Quixote

com a de Dom Sebastião e chamá-lo a salvar a pátria portuguesa. Apesar dos velhos ressentimentos... ou dos medos que talvez lhes reprimissem os impulsos de aproximação.

Apropriação e Messianismo

Assim, no quadro da Literatura Comparada, o objectivo consiste em reflectir sobre a recepção de uma obra – neste caso, o *Dom Quixote* – e a sua apropriação numa série de textos produzidos por escritores portugueses. Como? Porquê? E para quê?

Considerando, de acordo com quadros teóricos canónicos, que se trata de um processo de «recepção produtiva» e da apropriação de um texto de uma literatura por outra literatura, e de um tempo noutro tempo, metodologicamente impõe-se: 1) dar conta dos textos que, sucessivamente, constroem essa recepção, assinalando os elementos temáticos e lexicais em que se desenvolve essa construção; 2) perceber os condicionamentos históricos – políticos, sociais, culturais, estético-literários, ideológicos e, em geral, de «visão do mundo» – talvez algo que se pudesse chamar um «horizonte de expectativa nacional» – que determinam e orientam a dita apropriação e as características que esta vai assumir.

O conjunto de textos através dos quais me foi possível observar o que chamo de «sebastianização» de Dom Quixote remonta a Pinheiro Chagas. Aqui retomo o *corpus* que indiquei no estudo que venho referindo, só assinalando os que ali desenvolvi (os casos de Pinheiro Chagas e Carlos Selvagem), desenvolvendo um pouco mais os que ali aparecem de forma embrionária (o caso de Guerra Junqueiro). Retomo-os aqui para enfocá-los na perspectiva do tema em análise, repetindo apenas alguns elementos que permitam a quem agora me lê seguir a análise, e a mim articulá-la.

1. Pinheiro Chagas

Deparamos com a «sebastianização» de Dom Quixote no extenso Prefácio que o escritor preparou para a apresentação ao leitor português da tradução do *Dom Quixote* com que a Companhia Litteraria do Porto decidiu inaugurar as suas actividades, «com o benemérito objectivo de lançar no mercado português e brasileiro obras-primas da literatura nacional e estrangeira». Considerava-se uma «Edição Monumental», reproduzia as

ilustrações de Gustave Doré, gravadas por Pisan, e passou a ser conhecida correntemente como a tradução dos viscondes de Castilho e de Azevedo. Publicou-se a Primeira Parte em 1876 e a Segunda Parte dois anos depois e tem vindo a ser reproduzida por diversas editoras até aos nossos dias.

No longo e elaborado Prefácio de Pinheiro Chagas – que, até novos documentos, considero o mais importante texto crítico sobre Cervantes e o Dom Quixote produzido no século XIX em Portugal e que deixou de acompanhar a reutilização daquela tradução – precisamente a meio do texto, deparamos com a seguinte apóstrofe:

«[...] pobre Cervantes, pobre D. Quichote [...] ¡Doudo, mil vezes doudo, tu, que acreditas na honradez, na castidade, na fé cavaleiresca; tu, que supões que basta haver-se combatido em Lepanto para se ter direito à gratidão da pátria; tu, que imaginas que os príncipes da Europa pensam um momento só nos seus súbditos cativos, na sua fé ultrajada, e vão combater platonicamente pela ideia santa, pela cruz, pela fraternidade cristã! ¡ És doudo, sim, doudo, monomaniaco, perigoso, e, se fosses rei, perdias um reino como El-Rei Dom Sebastião perdeu Portugal [...]» (XVII)

E algumas páginas mais tarde:

«¡Ah! quando Cervantes se ria de D. Quichote [...] não se ria amargamente de si próprio, não se ria amargamente das ilusões do seu cavaleiresco e simpático chefe? [...] não se ria sarcasticamente de si, de D. João de Áustria, de D. Sebastião de Portugal, que ingenuamente combatiam pela cruz, pela glória, pela redenção dos oprimidos [...], sem se lembrarem todos eles, loucos sublimes, mas loucos incorrigíveis, que Filipe II espiava com um sorriso frio as suas loucuras cavaleirescas, e que o resultado final de todos esses sonhos eram para D. Quichote as pauladas, para Cervantes a miséria, para D. João de Áustria a obscuridade, para D. Sebastião a perda do diadema e da existência? (*Ibid.*: XX)

Não é necessário, creio, continuar a ler para perceber nestas palavras, por um lado, a presença dos mitemas cavaleirescos e, por outro, uma perspectiva de profundo empenhamento político tanto na leitura do texto cervantino como na identificação de ambas as figuras. (Apesar de uma linguagem marcada por uma desgastada retórica romântica e uma certa atitude ficcionalizante.)

Neste sentido, vale a pena recordar que, só três anos depois, também Oliveira Martins vai propor uma interpretação do Dom Quixote aparentemente

oposta, num enfoque que poderia dizer-se já pós-romântico. Na sua *História da Civilização Ibérica* (1879), escreve que com o seu livro Cervantes pretende «admoestar» e que «a admoestação» de Cervantes não é entendida: «A Espanha vê no tipo do Quixote a condenação dos antigos cavaleiros e aplaude essa sátira que, a não ter outro alcance, seria apenas um brinquedo erudito [...] o que ele acusa é a teimosia louca num heroísmo já sem significação nem alcance [...]. Não são os Amadis que lhe provocam o desdenhoso sorrir e a ironia pungente; no fundo dessa ficção literária está a verdade social e contemporânea». Considerando o texto cervantino como uma «acusação» da «teimosia louca num heroísmo já sem significado nem alcance» e, portanto, separando claramente Cervantes da figura por este criada, também ele aí reconhece que «no fundo dessa ficção literária está a verdade social e contemporânea».

Volto, pois, ao texto de Pinheiro Chagas que, vale a pena recordar, foi, além de crítico e historiador da literatura, dramaturgo, poeta, romancista, historiador e parlamentar (1842-1895). Desde as passagens que antes citei, e onde o vimos comparar a «loucura» de Dom Quixote com a de Dom Sebastião – uma «loucura» que crê na «honradez» e na «fé cavaleiresca» e que, por isso, faz perder reinos – até ao fim do longo prefácio não abandona já Pinheiro Chagas a identificação entre ambas as figuras. Vai chamá-los «loucos sublimes»: «loucos sublimes» que «sonham». E opõe os «sonhos» destes «loucos» a outros que também chama de «sonhos» mas que considera, estes últimos, como sonhos de conquistas e de impérios: são os sonhos de figuras como as de Luis XIV, Felipe II e Isabel de Inglaterra. A oposição serve-lhe muito operativamente para marcar a especificidade dos seus «loucos sublimes» e para, de novo, e em definitivo, os juntar. É que o sonho destes, diz, «era positivamente um sonho de cavalaria andante».

A analogia – e com ela a apropriação – assenta, pois, nesse elemento matricial que é o elemento cavaleiresco. São «cavaleirescos» os «espíritos», as «loucuras», os «sonhos» – de Dom Quixote, de Cervantes e de Dom Sebastião. Enfim, Dom Quixote, e com ele Cervantes, são os últimos cavaleiros que tentam realizar os «sonhos da cavalaria andante». E Dom Sebastião, escreve ele, «Dom Sebastião sabemos o que era... um D. Quichote coroadado».

Finalmente, Pinheiro Chagas termina o seu Prefácio com o canónico comentário generalizante. E, como também seria previsível, o par é, agora, Cervantes–Camões, representantes, respectivamente, do «génio» espanhol e do «génio» português. De novo, o traço escolhido para a identificação é o «espírito cavaleiresco» que, segundo ele, ambos representaram, esse

«espírito cavaleiresco», cito, «que foi, que há-de ser sempre a glória e ao mesmo tempo a perdição dos dous povos peninsulares».

Já Almeida Garrett, recorde-se, antes e depois da vitória da revolução liberal, repetidamente se tinha apropriado das figuras cervantinas de Dom Quixote e Sancho para expressar o seu desencanto político e social. Agora, Pinheiro Chagas, recolhendo o traço cavaleiresco do imaginário português e enlaçando-o com outro igualmente importante, o messiânico, funde quixotismo e sebastianismo. No fim do século XIX, Oliveira Martins considerava o sebastianismo como um elemento primordial para a compreensão da história portuguesa. Sem alongar-me sobre a natureza e as características do sebastianismo, lembremos apenas que uma corrente deste tipo se incrementa sempre que uma situação de perigo nacional ou, simplesmente, o sentimento de decadência da pátria leva à invocação desse Messias tão desejado. E é, precisamente, segundo me foi dado observar, no fim do século XIX, onde convergem sentimentos de degradação da pátria e desencantos vários, que a figura mitificada de Dom Quixote aparece intercambiável com a de Dom Sebastião.

2. Guerra Junqueiro

O segundo texto deste *corpus* que agora quero destacar vamos encontrá-lo numa obra de Guerra Junqueiro, esse português grande amigo de Unamuno, que mais tarde foi o representante português nas cerimónias oficiais que, em Espanha, se celebraram para comemorar o tricentenário da publicação do *Quixote*.

Guerra Junqueiro, como outros intelectuais do seu tempo, profundamente decepcionados com o regime monárquico em Portugal e com a situação de pobreza, de decadência, de desalento moral e psicológico que viam na nação portuguesa (e a situação humilhante que se sofria no contexto internacional), vive agudamente esse sentimento, e chega mesmo a propor uma «catástrofe salvadora» que resgate essa pátria moribunda. Os salvadores podem ser uma catástrofe ou um Messias. E Guerra Junqueiro vai concretizar esta ideia nesse impressionante poema dramático, alegórico-político, de fim de século – precisamente intitulado *Pátria*, de 1896.

Já na didascália da cena VI, a personagem matricial do Doido, cuja voz vem atemorizar o rei desta pátria moribunda – voz que repetidamente diz ter perdido a alma, o nome e a pátria e que simboliza esse Portugal morto em Alcácer Quibir –, é descrito com as seguintes palavras: «enorme,

cadavérico, envolto em farrapos, as longas barbas brancas flutuando. Numa das mãos o bordão. Na outra um velho livro em pedaços. Lembra um doido e um profeta, D. Quixote e o rei Lear». O livro, sabê-lo-emos pouco depois pelas passagens que dele se lêem, é *Os Lusíadas*, o que nos levará, em determinados momentos, a identificar o Doido com Camões. Mais tarde (cena VIII), será dito que *ele* escreveu esse livro, ainda que *ele* pode ser Camões ou Portugal. E a crítica viu no Doido a alma de Nuno Álvares Pereira, o herói de Aljubarrota que agora regressa para salvar Portugal, aqui claramente identificado com Dom Sebastião tal como o construiu o sebastianismo dentro duma visão messiânico-judaica.

Textualmente, o Doido pode ser, ao mesmo tempo: Portugal, Camões, Nuno Álvares e Dom Sebastião. Não vi que se tenha comentado ou sequer assinalado a referência a Dom Quixote. Que viria fazer este fidalgo manchego num drama da alma da pátria portuguesa? Todavia, o que vimos na apresentação do Doido foi compará-lo o autor a Dom Quixote, aqui paradigma do «doido». Mais de trinta anos antes já Camilo Castelo Branco se tinha dirigido a Dom Quixote chamando-lhe «doido sublime» e, depois, ouvimos Pinheiro Chagas chamar-lhe «louco sublime», exactamente antes de compará-lo com Dom Sebastião.

Mas o papel do «doido» cervantino não vai limitar-se a servir de termo de comparação com esta pátria portuguesa enlouquecida, enlouquecida de «miséria e de dor» «vai fazer três séculos», como diz o próprio Doido (cena VIII). Todos eles – Dom Sebastião, Camões, Dom Quixote – partilham a circunstância de ser «loucos» (de ter enlouquecido?) «vai fazer três séculos». Talvez por isso, Guerra Junqueiro lhe destina ao «doido» de Dom Quixote um papel mais importante do que o de simples termo de comparação. No «balanço patriótico» do texto das «Anotações», veemente manifesto político que complementa a obra, texto onde o escritor apela a uma revolução que substitua a monarquia corrupta por uma república, depois de traçar o quadro negro de Portugal («na opinião do mundo, já Portugal não existe»), termina:

«Não há uma íntima e dolorosa afinidade entre a alma quebrantada dum povo, baldadamente, durante séculos, evocando um Messias, e a breve aparição dum redentor, miragem súbita, que mal se desenha se desfaz? [...]

Desiludido, assim o creio por vezes. Depois a um golpe de sol, o Quixote revive, exalto-me de novo, de novo espero... Florzinha azul, beijo de Deus» – divina Esperança...

Eis as últimas palavras destas «anotações» que «explicam» a *Pátria*. Dom Quixote, pois, chamado a salvar a pátria portuguesa, a pátria desse «povo messiânico, mas que não gera o Messias» que «não o pariu ainda», que «sonha a quimera, não a realiza», como também ali se diz.

(Contemporâneo da *Pátria* encontramos um periódico quinzenal, editado em Lisboa, com direcção artística de Leal da Câmara, intitulado *Dom Quixote*, cujo editorial de abertura, a 21 de Junho de 1896, proporciona igualmente dados significativos.)

Pinheiro Chagas tinha recorrido à sebastianização de Dom Quixote e à quixotização de Dom Sebastião para explicar a perda e a mutilação em tempos passados; Guerra Junqueiro «diviniza» Dom Quixote na mira de um futuro. Até que ponto a sua voz representa outras vozes, nesta apropriação político-messiânica da figura de Dom Quixote naquele fim de século?

3. Carlos Selvagem¹

Este processo de «sebastianização» de Dom Quixote, ou de «quixotização» de Dom Sebastião – a «contaminação» dá-se, sem dúvida, em ambos os sentidos – vai prosseguir, sem solução de continuidade, até, pelos menos, meados do século xx. De Teixeira de Pascoaes a José Gomes Ferreira, encontramos mitologia sebastianista contaminada por mitemas quixotescos. E vice-versa. Dos documentos recolhidos, a obra que, no plano literário e simbólico, de forma mais clara e total, vai elaborar aquela homologia, é uma peça de teatro de Carlos Selvagem, que se representou no Teatro Nacional, com os maiores actores do teatro português, em Janeiro de 1944: *Dulcineia ou a Última Aventura de Dom Quixote*. «Farsa heróica em 5 jornadas com 2 quadros e prólogo», publicada em Lisboa, pela Editorial Aviz, no «ano da graça de 1943». (Igualmente posta em cena pelo CITAC, em Coimbra, durante o regime salazarista e, bem mais recentemente, já depois do 25 de Abril, realizada para a televisão por Artur Ramos.)

As intenções políticas e sociais do dramaturgo ficam já claras nas palavras que privilegiou, destacando-as em epígrafe, preenchendo, isoladamente, toda uma página, imediatamente depois da página do título: uma passagem da obra de Cervantes, tirada do famoso episódio dos «galeotes» (I, 22):

¹ Amplio e aprofundo o estudo da peça de Carlos Selvagem no ensaio «1943. Don Quijote sebastianizado. En un lugar de Europa que el autor quiso poner Tristiania». *Anales Cervantinos*, vol. XLV, enero-diciembre 2013. Madrid: CSIC, pp. 341-354.

«[...] porque me parece duro caso hacer esclavos a los que Dios y naturaleza hizo libres. Quanto más, señores guardas – añadió Don Quijote –, que estos pobres no han cometido nada contra vosotros. Allá se lo haya cada uno con su pecado; Dios hay en el cielo, que no se descuida de castigar al malo, ni de premiar al bueno, y no es bien que los hombres honrados sean verdugos de los otros hombres, no yéndoles nada en ello. [...]».

No desenvolvimento literário da peça, um Dom Quixote repetidamente chamado de Encoberto, esperado como libertador de oprimidos, anunciado nos romances de um poeta cego, Bandurra, e destinado a restabelecer a justiça social, será traído pelos que o usaram na conquista do poder e fracassará na missão que dele se esperava. Mas o povo há-de aclamá-lo; misturado com Dom Sebastião, já não é rei nem cavaleiro andante. A mistura converte ambos numa figura que se eleva de ambos e que é a de um messias. Graças a essa conversão, o castelhano, o «estrangeiro», salta das terras da Mancha para estar ali onde se necessita de um Salvador ou a esperança dele: «A Pátria de D. Quixote é sempre onde ele estiver!»

A espera no horizonte – entre a expectativa e o nevoeiro

Comecei perguntando-me como, porquê, para quê? este processo português do que chamo a sebastianização de Dom Quixote e que, como também vimos, é nalguns momentos uma quixotização de Dom Sebastião.

Caberia agora perguntar se esta apropriação político-messiânica da figura de Dom Quixote é potenciada pelo texto de Cervantes ou se se trata radicalmente de um «efeito de receção» ou de «concretização» por parte de um grupo de leitores, uma concretização definitivamente determinada pela situação histórico-política e psicológico-social daqueles leitores. Assim, neste modo de apropriação de Dom Quixote em Portugal, a identificação operada entre uma figura histórica portuguesa, D. Sebastião, e a figura literária criada por Cervantes, vê-se claramente determinada pela comum filiação cavaleiresca de ambas as figuras e pela situação histórica da instância receptora e apropriadora.

O interesse do processo é, sem dúvida, no campo da Literatura Comparada e da História Literária, do domínio teórico. E aqui, pacificamente integrável, creio, no campo dos estudos das chamadas «relações internacionais». Mas, como portuguesa, devo confessar que a esse interesse teórico se sobrepõe outro para o qual Claudio Guillén, tratando

precisamente das ditas «relações internacionais», chama a atenção com palavras que traduzo: «o seu interesse humano, complexo, vivo, até doloroso, para mais de um país e de uma época». Doloroso, sublinho, e complexo, na verdade, ver como ainda neste meu tempo, um «povo», na voz de alguns dos seus escritores, clama por um Messias que lhes venha acudir à pátria coitada; doloroso e complexo este comovedor e mesmo patético processo de messianização de Dom Quixote numa terra à procura de um salvador para uma pátria ainda não «cumprida», para um Portugal em tempos de «nevoeiro», em palavras de um Fernando Pessoa sebastianista. Doloroso e complexo ver como este Messias pode encarnar numa figura que funde a de um rei português desaparecido há quatro séculos – por sinal, filho de uma espanhola – com a de outro visionário, também de tempo longínquo (ou não tanto...), e filho dessa outra terra da qual, por outro lado, outros ou até os mesmos que os fundiram, temeram a ameaça da perda de independência. Talvez, quem sabe, o «potencial de sentido disposto na obra» – aqui o texto cervantino – enlaçando numa meada cujos fios se perdem, e se encontram, em longínquas origens comuns e percursos históricos e culturais, ao longo dos tempos, tantas vezes paralelos.

Lisboa, Fevereiro de 2005

(revisto, para esta edição, em Março de 2015)

**O ENGENHOSO
FIDALGO DOM QUI-
XOTE DE LA MANCHA**

Ano 1605

TAXA¹

Eu, Juan Gallo de Andrada, escrivão da Câmara de El-Rei nosso Senhor, dos que residem no seu Conselho, certifico e dou fé que, havendo visto os senhores dele um livro intitulado *O Engenhoso Fidalgo de la Mancha*, composto por Miguel de Cervantes Saavedra, taxaram cada folha² do dito livro a três maravedis e meio; o qual tem oitenta e três folhas, que ao dito preço monta o dito livro duzentos e noventa maravedis e meio, a que se há-de vender em papel³; e deram licença para que a este preço se possa vender, e mandaram que esta taxa se ponha no princípio do dito livro, e não se possa vender sem ela. E para que isso conste, dei a presente em Valladolid, aos vinte dias do mês de Dezembro de mil e seiscentos e quatro anos.

JUAN GALLO DE ANDRADA

¹ A taxa indicava o preço máximo fixado à venda dos livros pelo Conselho do Rei.

² A «folha» é o caderno constituído pelas várias páginas que integram uma unidade papel outras tantas vezes dobrada.

³ Sem encadernação.

TESTEMUNHO DAS ERRATAS

Este livro não tem coisa digna de notar que não corresponda a seu original; em testemunho de o haver corrigido dei esta fé. No Colégio da Madre de Deus dos Teólogos da Universidade de Alcalá, ao primeiro de Dezembro de 1604 anos.

O LICENCIADO FRANCISCO MURCIA DE LA LLANA

O REI

Por quanto por parte de vós, Miguel de Cervantes, nos foi feita relação que havíeis composto um livro intitulado *O Engenhoso Fidalgo de la Mancha*, o qual vos havia custado muito trabalho e era mui útil e proveitoso, e nos pedistes e suplicastes vos mandássemos dar licença e faculdade para o poder imprimir, e privilégio pelo tempo que fôssemos servidos, ou como a nossa mercê fosse; o qual visto pelos do nosso Conselho, por quanto no dito livro se fizeram as diligências que a premática¹ ultimamente por nós feita sobre a impressão dos livros dispõe, foi acordado que devíamos mandar dar esta cédula para vós, pela dita razão, e Nós tivemo-lo por bem. Pela qual, por vos fazer bem e mercê, vos damos licença e faculdade para que vós, ou a pessoa que vosso poder houver, e não outra alguma, possais imprimir o dito livro, intitulado *O Engenhoso Fidalgo de la Mancha*, do qual acima se fez menção, em todos estes nossos reinos de Castela, por tempo e espaço de dez anos, que corram e se contem desde o dito dia da data desta nossa cédula². Sob pena de que a pessoa ou pessoas que sem ter vosso poder o imprimir ou vender, ou fizer imprimir ou vender, pela mesma ocasião perca a impressão que fizer, com os moldes e aparelhos dela, e mais incorra em pena de cinquenta mil maravedis, cada vez que o contrário fizer. A qual dita pena seja a terça parte para a pessoa que o acusar, e a outra terça parte para nossa Câmara, e a outra terça parte para o juiz que o sentenciar. Na condição de todas as vezes que houverdes de fazer imprimir o dito livro, durante o tempo dos ditos dez anos, o trazerdes ao nosso Conselho, juntamente com o original que nele foi visto, que vai rubricado cada lauda e firmado no fim dele por Juan Gallo de Andrada, nosso escrivão de Câmara, dos que nele residem,

¹ Ou seja, pragmática ou regulamento devidamente promulgado.

² A cédula em causa certifica o «privilégio» e «licença» relativos à publicação da obra.

para saber se a dita impressão está conforme o original; ou de trazerdes fé em pública forma de como por corrector nomeado por nosso mandado se viu e corrigiu a dita impressão pelo original, e se imprimiu conforme a ele, e ficam impressas as erratas por ele apontadas, para cada livro dos que assim forem impressos, para que se taxe o preço que por cada volume houverdes de haver. E mandamos ao impressor que assim imprimir o dito livro não imprima o princípio nem a primeira folha dele¹, nem entregue mais de um só livro com o original ao autor, ou pessoa a cujas custas o imprimir, nem outro algum, para efeito da dita correcção e taxa, até que antes e primeiro o dito livro esteja corrigido e taxado pelos do nosso Conselho; e estando feito, e não de outra maneira, possa imprimir o dito princípio e primeira folha, e sucessivamente ponha esta nossa cédula e a aprovação, taxa e erratas, sob pena de cair e incorrer nas penas contidas nas leis e premáticas destes nossos reinos. E mandamos aos do nosso Conselho e a outras quaisquer justiças deles guardem e cumpram esta nossa cédula e o nela contido. Feita em Valladolid, aos vinte e seis dias do mês de Setembro de mil e seiscentos e quatro anos.

EU EL-REI

Por mandado d'El-Rei nosso Senhor:
JUAN DE AMÉZQUETA

¹ A primeira folha designa o caderno à parte que continha o frontispício e os preliminares do livro.

AO DUQUE DE BÉJAR

MARQUÊS DE GIBRALEÓN, CONDE DE BENALCÁZAR E BAÑARES,
VISCONDE DE LA PUEBLA DE ALCOCER,
SENHOR DAS VILAS DE CAPILLA, CURIEL E BURGUILLOS

Em fé do bom acolhimento e honra que faz Vossa Excelência a toda a sorte de livros, como príncipe tão inclinado a favorecer as boas artes, mormente as que por sua nobreza não se abatem ao serviço e proventos do vulgo, determinei trazer à luz o *Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha* ao abrigo do claríssimo nome de Vossa Excelência, a quem, com o acatamento que devo a tanta grandeza, suplico o receba agradavelmente em sua protecção, para que a sua sombra, ainda que despido daquele precioso ornamento de elegância e erudição de que costumam andar vestidas as obras que se compõem nas casas dos homens que sabem, ouse incorrer seguramente no juízo de alguns que, não se contendo nos limites de sua ignorância, soem condenar com mais rigor e menos justiça os trabalhos alheios; que, pondo os olhos a prudência de Vossa Excelência em meu bom desejo, confio em que não desdenhará a modéstia de tão humilde serviço.

MIGUEL DE CERVANTES SAAVEDRA

PRÓLOGO

Desocupado leitor: sem juramento me poderás crer que quisera que este livro, como filho do entendimento, fôsse o mais formoso, o mais galhardo e o mais discreto que pudera imaginar-se. Mas não pude ir contra a ordem da natureza, que nela cada coisa engendra a sua semelhante. E, assim, que podia engendrar o estéril e mal cultivado engenho meu, senão a história de um filho seco, engelhado, extravagante e cheio de pensamentos vários e jamais imaginados de outro algum, bem como quem foi engendrado num cárcere, onde toda a incomodidade tem seu assento e todo o triste ruído faz sua morada? O sossego, o lugar aprazível, a amenidade dos campos, a serenidade dos céus, o murmurar das fontes, a quietude do espírito são grande parte para que as musas mais estéreis se mostrem fecundas e ofereçam ao mundo partos que o encham de maravilha e de contentamento. Acontece ter um pai um filho feio e sem graça alguma, e o amor que lhe tem põe-lhe uma venda nos olhos para que não veja suas faltas, antes as julga por descrições e adornos e as conta a seus amigos por agudezas e donaires. Mas eu, que, embora pareça pai, sou padraсто de Dom Quixote, não quero ir com a corrente do uso, nem suplicar quase com as lágrimas nos olhos, como outros fazem, leitor caríssimo, que perdoes ou dissimules as faltas que neste meu filho vejas, posto que não és seu parente nem seu amigo, e tens tua alma em teu corpo e teu livre alvedrio como o mais pintado, e estás em tua casa, onde és senhor dela, como o rei de suas alcavalas, e sabes o que comumente se diz, que «debaixo do meu manto, o rei mato», o que tudo te isenta e faz livre de todo o respeito e obrigação, e, assim, podes dizer da história tudo aquilo que te pareça, sem temor de que te caluniem pelo mal ou te premeiem pelo bem que dela digas.

Só quisera dar-ta limpa e despida, sem o ornato de prólogo, nem a inumerabilidade e catálogo dos costumados sonetos, epigramas e elogios que no princípio dos livros soem pôr-se. Porque te sei dizer que, embora me tenha

custado algum trabalho compô-la, nenhum tive por maior do que fazer este prefácio que vais lendo. Muitas vezes tomei a pena para escrevê-lo, e muitas a deixei, por não saber o que escrevesse; e estando uma delas suspenso, com o papel diante, a pena na orelha, o cotovelo no tampo e a mão na melena, a pensar no que dizer, entrou a desoras um amigo meu, gracioso e mui entendido, o qual ao ver-me tão imaginativo, me perguntou a causa, e, não lha encobrindo eu, lhe disse que pensava no prólogo que havia de fazer para a história de Dom Quixote, e que me achava em tal estado que nem queria fazê-lo, nem menos trazer assim à luz as façanhas de tão nobre cavaleiro.

– Porque, como quereis vós que me não traga confuso o que dirá o antigo legislador a que chamam vulgo quando vir que, ao cabo de tantos anos quantos os há que durmo no silêncio do olvido, saio agora, com todos meus anos às costas, com uma lenda seca como um esparto, alheia de invenção, minguada de estilo, pobre de conceitos e falta de toda a erudição e doutrina, sem advertências à margem e sem anotações no fim do livro, como vejo que estão em outros livros, ainda que fabulosos e profanos, tão cheios de sentenças de Aristóteles, de Platão e de toda a caterva de filósofos, que fazem a admiração dos que os vão lendo e com que sejam tidos seus autores por homens lidos, eruditos e eloquentes? Pois, que sucede, quando citam a Divina Escritura? Não se dirá que são uns São Tomases e outros doutores da Igreja, guardando nisto um decoro tão engenhoso, que numa linha pintaram um enamorado distraído e noutra fazem um sermãozinho cristão, que é um contentamento e um regalo ouvi-lo ou lê-lo. De tudo isto há-de carecer meu livro, porque nem tenho com que advertir na margem, nem com que anotar no fim, nem tão-pouco sei que autores nele sigo, para os pôr no princípio, como fazem todos, segundo as letras do á-bê-cê, começando em Aristóteles e acabando em Xenofonte e em Zoilo ou Zêuxis⁽¹⁾, ainda que fora maldizente um e pintor o outro. Também há-de carecer meu livro de sonetos ao princípio, pelo menos de sonetos cujos autores sejam duques, marqueses, condes, bispos, damas ou poetas celebérrimos; ainda que, se os pedisse a dois ou três oficiais amigos, saiba que mos dariam, e tais que os não igualaram os daqueles que têm mais nome em nossa Espanha. Enfim, senhor e amigo meu – prossegui –, determino que o senhor Dom Quixote se quede sepultado em seus arquivos da Mancha, até que o céu depare quem o adorne de tantas coisas quantas as que lhe faltam, porque eu me acho incapaz de as prover, por minha insuficiência e poucas letras, e porque naturalmente sou mandrião e me dá preguiça andar a procurar autores que digam o que eu bem sei dizer sem eles. Daqui nasce a suspensão e a dúvida, amigo, em que me achastes, causa bastante para me pôr tal como de mim haveis ouvido.

Em o ouvindo meu amigo, batendo com a palma da mão na fronte e soltando uma salva de riso, disse-me:

– Por Deus, irmão, que acabo agora de me desenganar de um engano em que estive todo o muito tempo que há que vos conheço, e no qual sempre vos tive por discreto e prudente em todas as vossas acções. Mas agora vejo que estais tão longe de sê-lo como o está o céu da terra. Como é possível que coisas tão pouco momentosas e de tão fácil remédio possam ter forças para deixar suspenso e absorto um engenho tão maduro como o vosso, e tão acostumado a romper e a levar de vencida outras dificuldades maiores? Por minha fé, tal não nasce de falta de habilidade, mas de preguiça de sobejo e penúria do discorrer. Quereis ver se é verdade o que digo? Pois estai-me atento e vereis como num abrir e fechar de olhos confundo todas as vossas dificuldades e remedeio todas as faltas que dizeis que vos suspendem e amedrontam de trazer à luz do mundo a história de vosso famoso Dom Quixote, luz e espelho de toda a cavalaria andante.

– Dizei – repliquei-lhe eu, ouvindo o que me dizia – de que modo pensais preencher o vazio de meu temor e reduzir a claridade o caos de minha confusão?

Ao que ele disse:

– O vosso primeiro reparo quanto aos sonetos, epigramas ou elogios que vos faltam para o princípio, e que sejam de personagens graves e de título, pode remediar-se tomando vós mesmo algum trabalho em fazê-los, e depois podeis baptizá-los e juntar-lhes o nome que quizerdes, atribuindo-os ao Preste João das Índias ou ao Imperador de Trapisonda, dos quais eu sei haver notícia de terem sido famosos poetas, e quando o não tenham sido e houver alguns pedantes e bacharéis que pelas costas vos mordam e murmurem desta verdade, não se vos dê dois maravedis⁽²⁾, porque ainda que vos seja averiguada a mentira, não vos hão-de cortar a mão com que os escrevestes. Quanto ao de citardes nas margens os livros e autores de onde tirareis as sentenças e os ditos que puserdes na vossa história, não há senão fazer com que venham a propósito algumas sentenças ou latins que saibais de memória, ou que ao menos pouco trabalho vos custe buscá-los, como será se puserdes, ao tratar-se de liberdade e cativoiro:

Non bene pro toto libertas venditur auro.⁽³⁾

E de pronto, à margem, citar Horácio, ou quem o tenha dito. Se tratardes do poder da morte, acudireis de pronto com

Pallida mors aequo pulsat pede pauperum tabernas Regumque turres.⁽⁴⁾

Se da amizade e amor que Deus manda que se tenha ao inimigo, entra-reis de pronto pela Escritura Divina, podendo fazê-lo cuidando-vos um nada e dizendo nada menos que as palavras do mesmo Deus: *Ego autem dico vobis: diligite inimicos vestros.*⁽⁵⁾ Se tratares de maus pensamentos, acudi com o Evangelho: *De corde exeunt cogitationes malae.*⁽⁶⁾ Se da instabilidade dos amigos, eis Catão, que vos dará o seu dístico:

*Donec eris felix, multos numerabis amicos.
Tempora si fuerint nubila, solus eris.*⁽⁷⁾

E com estes latinórios e outros que tais, hão-de tomar-vos ao menos por gramático, que sê-lo não é de pouca honra e proveito no dia de hoje. No que toca a pôr anotações no fim do livro, podereis por certo fazê-lo desta maneira: se nomeardes algum gigante em vosso livro, fazei com que seja o gigante Golias, e só com isto, que quase nada vos custará, tereis uma grande anotação, pois podereis pôr: «O gigante Golias, ou Goliath, foi um filisteu que o pastor David matou de uma grande pedrada, no Vale de Terebinto, segundo se conta no Livro dos Reis...», no capítulo onde o achardes escrito. Depois disto, para vos mostrardes homem erudito em letras humanas e cosmógrafo, fazei de maneira a que em vossa história se nomeie o rio Tejo, e de pronto vos vereis na posse de outra famosa anotação, pondo: «O rio Tejo foi assim chamado por um rei das Espanhas; tem sua nascente em tal lugar e morre no mar Oceano, beijando os muros da famosa cidade de Lisboa, e diz a opinião que tem as areias de ouro», etc. Se tratares de ladrões, eu vos direi a história de Caco⁽⁸⁾, que a sei de cor; se de mulheres rameiras, aí tendes o bispo de Mondofiedo⁽⁹⁾, que vos emprestará Lamia, Laida e Flora, cuja anotação vos dará grande crédito; se de cruéis, Ovídio ceder-vos-á Medeia; se de encantadores e feiticeiras, Homero tem Calipso e Virgílio, Circe; se de capitães valorosos, Júlio César a si mesmo se prestará em seus *Comentários*, e dar-vos-á Plutarco mil Alexandres. Se tratares de amor, com duas onças que saibais da língua toscana, topareis com Leão Hebreu que encherá vossas medidas. E se não quereis andar por terras estranhas, em vossa casa tendes Fonseca, *Do Amor de Deus*, onde se enumera tudo o que vós e o mais engenhoso acerte em desejar em matéria tal. Para vos resolverdes, basta pois que procureis citar estes nomes, ou tocar na vossa estas histórias, que aqui disse, e deixai-me a mim o cuidado de pôr as anotações e comentários; que com isso vos prometo encher as margens e ocupar quatro laudas no fim do livro. Tratemos agora da citação dos autores que os outros livros têm, e que ao vosso faltam. O remédio que isto tem é mui fácil, porque não

haveis de fazer outra coisa senão procurar um livro que os anote a todos, do A até ao Z, como vós dizeis. Pois esse mesmo abecedário poreis em vosso livro; que posto que claramente se veja a mentira, pela pouca necessidade que tínheis de vos aproveitardes deles, nada importa, e porventura algum haja tão simples que creia que de todos vos haveis aproveitado na simples e singela história vossa; e quando não sirva para outra coisa, ao menos servirá esse longo rol de autores para de pronto dar autoridade ao livro. E mais, não haverá quem se ponha a averiguar se os seguistes ou não seguistes, nada tendo a ganhar com isso. Tanto mais que, se faço bem as contas, este vosso livro não tem necessidade de nenhuma dessas coisas que dizeis faltarem-lhe, porque todo ele é uma invectiva contra os livros de cavalaria, dos quais nunca se deu conta Aristóteles, nem disse nada S. Basílio, nem Cícero contemplou, nem caem sob a alçada de seus fabulosos disparates as pontualidades da verdade, nem as observações da astrologia, nem lhe importam as medidas geométricas, nem a refutação dos argumentos dos quais se serve a retórica, nem se põe a predicar ninguém, misturando o humano com o divino, que é um género de mistura com que se não há-de vestir entendimento cristão algum. Só tem de se aproveitar da imitação em quanto vá escrevendo, que, quanto mais ela for perfeita, tanto melhor será o que se escrever. E posto que esta vossa escrita não tem por mira mais que desfazer a autoridade e cabimento que no mundo e no vulgo têm os livros de cavalarias, não há por que andeis mendigando sentenças de filósofos, conselhos da Divina Escritura, fábulas de poetas, orações de retóricos, milagres de santos, mas antes fareis com que lhanamente, com palavras significantes, honestas e bem colocadas, vos saiam a oração e o período sonoros e festivos, pintando em tudo o que alcançardes e for possível a vossa intenção, dando a entender vossos conceitos sem os intricar e obscurecer. Procurai também que, lendo a vossa história, o melancólico se mova ao riso, o risonho o acrescente, o simples não se enfade, o discreto se admire da invenção, o grave não a despreze, nem o prudente deixe de a louvar. Com efeito, tende por mira derrubar a máquina mal fundada destes cavalheirescos livros, aborrecidos de tantos e louvados de muitos mais; que, se tal alcançardes, não tereis alcançado pouco.

Com silêncio grande estive a escutar o que meu amigo me dizia, e de tal maneira se imprimiram em mim suas razões que, sem as disputar, as aprovei por boas e delas mesmas quis fazer este prólogo, no qual verás, leitor suave, a discrição de meu amigo, a boa ventura minha em achar em tempo tão necessitado tal conselheiro, e o alívio teu em achar tão sincera e tão sem rodeios a história do famoso Dom Quixote de la Mancha, que, segundo a

opinião de todos os moradores do distrito do Campo de Montiel⁽¹⁰⁾, foi o mais casto enamorado e o mais valente cavaleiro que de há muitos anos a esta parte se viu nessas paragens. Não quero encarecer-te o serviço que te faço ao dar-te a conhecer tão nobre e tão honrado cavaleiro; mas quero que me agradeças o conhecimento que terás do famoso Sancho Pança, seu escudeiro, no qual, em meu parecer, te dou a soma de todas as graças escudeiris que na caterva dos livros vãos de cavalaria se esparzem. E com isto Deus te dê saúde e não se esqueça de mim. *Vale.*

AO LIVRO DE DOM QUIXOTE DE LA MANCHA⁽¹⁾

URGANDA A DESCONHECIDA⁽²⁾

Se pelo exemplo dos sábios,
livro, guíares-te souber,
não hão-de os tolos dizer-
que não sabes o que fa-
Mas se te apressa o cuida-
de ires ter a mãos de idio-,
verás em abrindo os o-
que não dão uma no cra-,
por mais que porfiem bra-
por mostrar que são curio-.

E se a experiência reve-
que a boa sombra se aco-
o que bem a árvore esco-,
em Béjar tua boa estre-
uma árvore real te ofere-
que dá príncipes por fru-,
e por flor tem um du-
que é um novo Alexandre Ma-:
toma-lhe a sombra, que ousa-
têm por eles a fortu-.

De um grão fidalgo manche-
contarás as aventu-,
por ociosas leitu-,
transtornado da cabe-;
armas, heróis e bele-

provocaram seu arro-,
que, qual Orlando furio-,
pelo amor bem tempera-,
alcançou, sempre esforça-,
Dulcineia del Tobo-.

Indiscretos hierogli-
não estampes em seu escu-,
que, em sendo tudo figu-,
está todo o lance perdi-.
Se humilde fores no envi-,
não dirá gracioso algu-:
«Que Dom Álvaro de Lu-,
que Aníbal o de Carta-,
que Francisco em Espanha apea-,
se há-de queixar da fortu-!»

E pois que ao céu não aprou-
que saíesses tão ladi-
como o negro João Lati-,
latins não uses nem ou-.
Não te queiras engenho-,
nem filósofos me ci-,
porque, de boca torci-,
já o entendido pergun-,
por sabedor do assun-,
o porquê de tantas flo-.

Não te metas em embru-,
nem noutros alheios enre-,
que do vão desassosse-
passar de lado é cordu-,
e sói ser a carapu-
posta àqueles que grace-;
mas das velas queima a ce-
por mor só de fama bo-
pois a quem imprime à to-
o censo perpétuo espe-.

Atenta que é desati-,
quem tem de vidro o telha-,
de pedras andar-se arma-
para atirar ao vizi-.
Deixa que o homem de si-

Miguel de Cervantes

nas obras que vá compon-
guarde toda a sua con-,
que quem escreve esparre-
para entreter as donze-
escreve à louca e à ton-.

AMADIS DE GAULA
A DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Soneto

Tu, que imitaste a dolorosa vida
que tive, ausente e desdenhado, sobre
a grande elevação da Penha Pobre⁽³⁾,
de alegre a penitência reduzida;
tu, que os olhos serviram da bebida
de abundante licor, ainda que salobre,
e tirando-te a prata, estanho e cobre,
a terra em terra te deu tua comida,
vive seguro de que eternamente,
enquanto, ao menos, quarta esfera em roda,
louro, Apolo os cavalos incitar,
terás claro renome de valente;
tua pátria a primeira será toda;
teu sábio autor, em tudo singular.

DOM BELIANIS DE GRÉCIA
A DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Soneto

Rompi, cortei, dobrei e disse e fiz
mais que em todo o orbe cavaleiro andante;
fui destro, fui audaz, fui arrogante;
mil agravos vinguei, cem mil desfiz.
Façanhas dei que a Fama eterna diz;
fui comedido e deleitoso amante;

Dom Quixote de la Mancha – I

foi anão para mim todo o gigante,
e o duelo em todo o ponto satisfiz.

Tive a meus pés posta a Fortuna crua,
e por um tufo só minha cordura
da calva Ocasão soube fazer dote.

Mas, ainda que nos píncaros da lua,
sempre viu outra maior minha ventura,
tuas proezas invejo, ó grão Quixote!

A SENHORA ORIANA A DULCINEIA DEL TOBOSO

Soneto

Oh, quem tivera, bela Dulcineia,
por mais comodidade e mais repouso,
Miraflores plantado no Toboso,
e Londres dera eu por tua aldeia!

Oh, quem de teus desejos e sua teia
adornara corpo e alma, e do famoso
cavaleiro que houveste venturoso
a luta vira, desigual e cheia!

Oh, quem tão castamente se esquivara
ao senhor Amadis, como tu fugiste
de teu nobre Quixote cauto e forte!

Pois que, invejada, assim, não invejara,
e fora alegre o tempo que fui triste,
e de meu gozo não pagara o porte.

GANDALIM, ESCUDEIRO DE AMADIS DE GAULA, A SANCHO PANÇA, ESCUDEIRO DE DOM QUIXOTE

Soneto

Salvé, varão famoso, que a Fortuna,
quando no estado escudeiril te pôs,
tão branda e certamente assim dispôs,

Miguel de Cervantes

que tu o houveste sem desgraça tua.

Já o sacho ou a foice não repugna
ao andante exercício; já enxós
são armas de escudeiro, e minha voz
pune quem de pisar se gaba a lua.

Teu jumento e teu nome e quanto tomem
teus alforges invejo por igual,
que mostraram tua sábia providência.

Salvé de novo, ó Sancho, tão bom homem,
que a ti só nosso Ovídio natural,
zombando embora, rende reverência!⁽⁴⁾

DO DONAIROSO, POETA VÁRIO,
A SANCHO PANÇA E ROCINANTE⁽⁵⁾

Sou Pança, o escudeiro San-,
do manchego Dom Quixo-;
pus os pés em polvoro-,
para viver na abundân-,
que Vilasdiogo, lembran-
Tácito, a razão de Esta-
toda pôs na retira-,
como reza *Celesti*-,
livro, o dissera eu, divi-
se mais o humano oculta-.

A Rocinante⁽⁶⁾

Sou Rocinante, o famo-,
bisneto do grão Babie-:
por pecados de magre-,
vim a ser de Dom Quixo-;
se a par perdi no galo-,
passo algum de outro cava-
me fez perder a ceva-,
de mim soube Lazari-,
como, por beber o vi-,
ao cego se dá a pa-.

Dom Quixote de la Mancha – I

ORLANDO FURIOSO
A DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Soneto

Se par não és, tão-pouco par hás tido:
que par puderas ser entre mil pares,
nem pode haver jamais onde te aches,
invicto vencedor, nunca vencido.

Orlando sou, Quixote, que perdido
por Angélica, vi remotos mares,
oferecendo à Fama em seus altares
esse valor que respeitou o olvido.

Não posso ser-te igual, diz-me o decoro
que a tuas proezas se deve e a tua fama,
posto o siso hajas, tal como eu, perdido;
mas sê-lo-ás meu, tu, se ao soberbo mouro
e ao fero cita domas, que hoje nos chama
iguais em amor mal sucedido.

O CAVALEIRO DE FEBO
A DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Soneto

A minha igual não foi de vossa espada,
Febo espanhol, curioso cortesão,
nem de vosso valor a minha mão,
que foi raio onde morre e nasce o dia.

Impérios desprezei; a monarquia
que me doou o Oriente rubro em vão
deixei, por ver o rosto sem senão
de Claridiana, aurora que me guia.

Amei-a por milagre único e raro,
e, ausente em sua desgraça, o mesmo inferno
meu braço, que a ira lhe domou, temeu.

Mas vós, godo Quixote, ilustre e claro,
por Dulcineia sois do mundo inteiro,
e ela, por vós, honesto e sábio céu.

Miguel de Cervantes

DE SOLISDÃO
A DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Soneto

Por mais, senhor Quixote, que entremeses
vosso cérebro tenham derrubado,
jamais sereis por outrem condenado
por homem de obras torpes e soezes.

Farão vossas façanhas bem as vezes
de juízes, pelos tortos que heis andado
endireitando, embora tão sovado
por vís perjuros na hora dos revezes.

E se a Dulcineia vossa, benfazeja,
desaguisado faz a vossa esperança,
e a vossas coitas mostra mau semblante,
consolo em tal cuidado vosso seja
que foi mau alcaiete Sancho Pança,
néscio um, dura a outra e vós não amante.

DIÁLOGO ENTRE BABIECA E ROCINANTE

Soneto

B. Como estais, Rocinante, tão delgado?

R. Porque nunca se come, e se trabalha.

B. E que é pois feito de cevada e palha?

R. Não me deixa meu amo nem bocado.

B. Andai, senhor, que estais mui malcriado,
pois vossa língua de asno o amo malha.

R. Do berço o é o asno até tomar mortalha.

Quereis vê-lo? Olhai, ei-lo enamorado.

B. É needade amar?

R. Não é prudência.

B. Metafísico estais⁽⁷⁾.

R. É que não como.

B. O escudeiro acusai.

R. Não é bastante.

Dom Quixote de la Mancha – I

Como me hei-de eu queixar nesta dolência,
se o amo e o escudeiro ou o mordomo
são uns rocins iguais a Rocinante?

PRIMEIRA PARTE DO ENGENHOSO FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

CAPÍTULO I

QUE TRATA DA CONDIÇÃO E EXERCÍCIO DO FAMOSO E VALENTE FIDALGO DOM QUIXOTE DE LA MANCHA

Num lugar da Mancha, de cujo nome não quero lembrar-me, não há muito tempo vivia um fidalgo desses de lança no cabide, adarga antiga, rocim magro e galgo corredor. Um cozido com mais vaca que carneiro, salpicão as mais das noites, lutos e quebrantos⁽¹⁾ aos sábados, lentilhas às sextas-feiras, algum borracho acrescentado aos domingos, consumiam três partes de sua fazenda. O resto completavam-no um saio de pano preto, calças de veludo para as festas com suas pantufas do mesmo tecido, enquanto nos dias de semana se honrava com sua malha de lã da mais fina. Tinha em sua casa uma ama que passava dos quarenta e uma sobrinha que não chegava aos vinte, e um moço para toda a obra que tanto selava o rocim como pegava na podoa. A idade de nosso fidalgo rasava os cinquenta anos. Era de compleição rija, seco de carnes, enxuto de rosto, grande madrugador e amigo da caça. Pretende-se que tinha o sobrenome de Quijada, ou Quesada, que há nisto alguma diferença entre os autores que sobre este caso escrevem, ainda que por conjecturas verosímeis se deixe entender que se chamava Quijana. Mas tal pouco importa a nosso conto: basta que na narração dele não nos afastemos um ponto da verdade.

É, pois, de saber que este sobredito fidalgo, nos passos em que estava ocioso – que eram os mais do ano –, era dado a ler livros de cavalaria, com tanto apego e gosto, que esqueceu quase por inteiro o exercício da caça e também a administração de sua fazenda; e nisto a tanto chegou a sua curiosidade e desatino, que vendeu muitas fanegas⁽²⁾ de terra de sementeira

para comprar livros de cavalarias em que ler, e, assim, levou para sua casa todos quantos pôde haver deles; e, de todos, nenhuns tão bem lhe pareciam como os que compôs o famoso Feliciano de Silva⁽³⁾, porque a claridade de sua prosa e aquelas intrincadas razões suas lhe pareciam de pérolas, e mais quando chegava a ler aqueles requebros e cartas de desafios, onde em muitas partes achava escrito: «A razão da desrazão que minha razão se faz, de tal maneira minha razão enfraquece, que com razão me queixo de vossa formosura.» E também quando lia: «Os altos céus que de vossa divindade divinamente com as estrelas vos fortificam e vos fazem merecedora do merecimento que merece vossa grandeza...»

Com estas razões perdia o pobre cavaleiro o juízo, e desvelava-se por entendê-las e desentranhar-lhes o sentido, que não o recolhera nem as entendera o mesmo Aristóteles, se para isso só ressuscitara. Não se entendia mui bem com as feridas que Dom Belianis dava e recebia, porque imaginava que, por grandes mestres que o houvessem curado, não deixaria de ter o rosto e todo o corpo cheio de cicatrizes e sinais. Mas, apesar disso, louvava em seu autor o acabar seu livro com a promessa daquela inacabável aventura, e muitas vezes lhe veio o desejo de tomar a pena e lhe dar fim ao pé da letra como ali se promete; e sem dúvida alguma o fizera, e até mesmo se saíra bem, se outros maiores e contínuos pensamentos o não estorvassem. Disputou muitas vezes com o cura de seu lugar – que era homem douto, graduado em Cigüenza – sobre qual havia sido melhor cavaleiro: Palmeirim de Inglaterra ou Amadis de Gaula; mas mestre Nicolau, barbeiro do mesmo povoado, dizia que nenhum chegava ao Cavaleiro do Febo, e que se algum se lhe podia comparar era Dom Galaor, irmão de Amadis de Gaula, porque tinha mui acomodada condição para tudo, que não era cavaleiro melindroso, nem tão chorão como seu irmão, e que não lhe ficava atrás em valentia.

Em suma, enfrascou-se tanto em sua leitura, que se lhe iam as noites lendo de uma assentada, e os dias de sol a sol; e assim, do pouco dormir e do muito ler, se lhe secou o cérebro de maneira que acabou por perder o juízo. Encheu-se-lhe a fantasia de tudo aquilo que lia nos livros, tanto de encantamentos como de pendências, batalhas, desafios, feridas, requebros, amores, tormentas e disparates impossíveis; e firmou-se-lhe de tal modo na imaginação, que era verdade toda aquela máquina daquelas sonhadas invenções que lia, que para ele não havia outra história mais certa no mundo. Dizia que o Cid Ruy Díaz fora mui bom cavaleiro, mas que em nada se assemelhava ao Cavaleiro da Ardente Espada, que de um só revés partira de meio a meio dois feros e descomunais gigantes. Melhor estava com Bernardo do Carpio, porque em Roncesvales matara Roldão, o encantado, valendo-se

da indústria de Hércules, quando afogou Anteu, o filho da Terra, entre os braços. Dizia mui bem do gigante Morgante⁽⁴⁾, porque, sendo daquela geração gigantesca, em que todos são soberbos e descomedidos, só ele era afável e bem criado. Mas, acima de todos, estava bem com Reinaldos de Montalvão⁽⁵⁾, e tanto melhor quando o via sair do seu castelo e roubar quantos topava, e quando além do mais roubou aquele ídolo de Mafoma que era todo de ouro, segundo diz a sua história. Dera, por dar um punhado de coices a Galalão⁽⁶⁾, o traidor, a ama que tinha, e ainda a sobrinha por descontado.

Com efeito, rematado já o seu juízo, veio dar-lhe o mais estranho pensamento que alguma vez no mundo deu a um louco, e foi que lhe pareceu conveniente e necessário, tanto para aumento de sua honra como ao serviço de sua república, fazer-se cavaleiro andante e ir-se por todo o mundo com suas armas e cavalo a buscar as aventuras e a exercitar-se em tudo aquilo em que lera que os cavaleiros andantes se exercitavam, desfazendo todo o género de agravo e pondo-se em ocasiões e perigos dos quais, uma vez passados, cobrasse eterno nome e fama. Imaginava-se o pobre já coroadado pelo valor de seu braço, ao menos do império de Trapisonda; e assim, com estes tão agradáveis pensamentos, levado pelo estranho gosto que neles sentia, deu-se pressa de pôr em efeito o que desejava. E o que primeiro fez foi limpar umas armas que haviam sido de seus bisavós, que, cobertas de ferrugem e cheias de mofo, estavam havia longos séculos postas e esquecidas a um canto. Limpou-as e reparou-as o melhor que pôde; mas viu que tinham uma grande falta, e era que não tinham celada⁽⁷⁾ de encaixe, mas morrião⁽⁸⁾ simples; mas tal supriu sua indústria, porque de uns cartões fez uma maneira de meia celada que, encaixada com o morrião, fazia uma aparência de celada inteira. É verdade que, por provar se era forte e podia sofrer o risco de uma cutilada, puxou de sua espada e deu-lhe dois golpes, e com o primeiro e num ponto desfez o que numa semana havia feito; e não deixou de lhe parecer mal a facilidade com que a fizera em pedaços, e, para se guardar deste perigo, tornou a fazê-la de novo, pondo-lhe umas barras de ferro por dentro, de tal maneira que se quedou satisfeito de sua fortaleza e, sem querer fazer nova experiência dela, aprovou-a e teve-a por celada finíssima de encaixe.

Foi depois ver seu rocim, e ainda que tivesse mais quartos que um real e mais manchas que o cavalo de Gonela⁽⁹⁾, que *tantum pellis et ossa fuit*, lhe pareceu como se não se lhe iguallassem nem o Bucéfalo de Alexandre nem o Babieca do Cid. Quatro dias se lhe foram a imaginar que nome lhe haveria de pôr; porque – como a si mesmo se dizia – não era de razão que cavalo de

cavaleiro tão famoso, e ele mesmo tão bom, estivesse sem nome conhecido; e assim procurava arranjar-lho tal, que declarasse quem fora antes de ser de cavaleiro andante e em que doravante se tornara; pois era mui segundo a razão que, mudando seu senhor de estado, mudasse ele também de nome, e o recebesse famoso e de estrondo, como convinha à nova ordem e ao novo exercício que já professava; e assim, depois de muitos nomes que formou, apagou e tirou, acrescentou, desfez e tornou a fazer em sua memória e imaginação, acabou enfim por lhe chamar «Rocinante», nome, ao que lhe parecia, alto, sonoro e significativo do que havia sido quando fora rocim, antes do que agora era, primeiro e acima de todos os rocins do mundo.

Posto nome, e tão a seu gosto, a seu cavalo, quis pô-lo a si mesmo, e neste pensamento se quedou outros oito dias, e acabou enfim por se chamar Dom Quixote; de onde, como fica dito, tomaram ocasião os autores desta tão verdadeira história que sem dúvida se devia chamar Quijada, e não Quesada, como outros quiseram dizer. Mas lembrando-lhe que o valoroso Amadis não se contentara com chamar-se Amadis sem mais, mas lhe acrescentara o nome de seu reino e pátria, para esta fazer famosa, e se chamou Amadis de Gaula, assim quis ele, como bom cavaleiro, acrescentar a seu o nome da sua e chamar-se Dom Quixote de la Mancha, com o que, em seu parecer, declarava mui ao vivo sua linhagem e pátria, e a honrava com tomar o nome dela.

Limpas, pois, suas armas, feito do morrião celada, posto nome a seu rocim e a si mesmo se confirmando, deu em entender que não lhe faltava outra coisa senão buscar uma dama de quem se enamorasse, porque o cavaleiro andante sem amores era árvore sem folhas e sem fruto, e corpo sem alma. Dizia-se ele:

– Se eu, por mal de meus pecados, ou por minha boa sorte, me encontro por aí com algum gigante, como de ordinário acontece aos cavaleiros andantes, e o derrubo num recontro, ou lhe parto o corpo pela metade, ou, enfim, o venço e faço render-se, não estará bem ter a quem enviá-lo apresentar-se, e que ele entre e se ponha de joelhos ante minha doce senhora, e diga com voz humilde e rendida: «Eu, senhora, sou o gigante Caraculímbro, senhor da Ilha Malindrânia, a quem venceu em singular batalha o nunca devidamente louvado cavaleiro Dom Quixote de la Mancha, o qual me mandou que me apresentasse diante de vossa mercê, para que vossa grandeza disponha de mim a seu talante»?

Oh, como folgou nosso bom cavaleiro em tendo feito este discurso, e mais quando achou a quem dar o nome de sua dama! E foi, ao que se crê, que num lugar perto do seu havia uma moça lavradeira de mui bom parecer,